



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 114

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 13 DE JULHO DE 1968

ATA DA 9ª SESSÃO, EM 12 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS.: VICTORINO FREIRE E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
Acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Victorino Freire
José Leite
Aurélio Vianna
Péricles Pedro
Pedro Ludovico
Armando Storni
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Nº 2.971, de 11 do corrente mês — comunicando que a Câmara dos Deputados considerou aprovado o Projeto de Lei nº 1.138-68, na Câmara e número 59-68, no Senado, que dispõe sobre as Duplicatas e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 11 de julho de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A Presidência recebeu Ofícios dos Srs. Ministros das Minas e Energia e das Comunicações, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nºs 466-68, 549-68, 459-68 e 465, de 1968.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta aos referidos Requerimentos. (Pausa).

SENADO FEDERAL

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro dos Transportes, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 676-68, de autoria do Senador Mário Martins;

Nº 701-68, de autoria do Senador Lino de Mattos.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta aos referidos Requerimentos. (Pausa).

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, começo por compreender que se faz difícil ser otimista em meio a tanto pessimismo que tomou de assalto esta Nação.

Quero usar uma expressão dentre os neologismos que, com certa fertilidade se vão criando como parte da confusão e senão neologismos o sentido ou força nova que se vem dando às palavras, como esta de abertura para a recomposição da vida democrática brasileira. É tanta da abertura em que oigo falar; mas o que noto é que quanto mais nela falam, mais atrapalham nesta logorreia que se derrama sobre o país como lava a sepultura toda a aspiração construtiva.

Catalinas e Cassandras conseguiram que chegassemos a este estágio perturbador, mas o conseguiram principalmente pela inércia de quase todos, eis que, dentre as inegáveis crises que formam este complexo de desalentos, esta a da inércia que caracteriza o homem de pedra dos nossos dias. Homem de pedra é este que não se compadece com nada, não se sensibiliza com nada sem conceber — palavra mágica — trabalho. Arrasta-se na passividade de mil perplexidades, sem um gesto para desvincular-se da infame carga.

A decomposição alastra-se por todos os círculos sociais. Uma onda de materialismo avassala a burguesia, domina a granfinagem, faz triunfar o mais feroz egoísmo, em detrimento do bem comum e dos legítimos interesses das comunidades. Multiplicam-se os gosadores da vida. Nego-

ciatas e malversações de dinheiros andam de cambalhotas com senilidades insensatas e juveniidades sem ideal, fazendo desaparecer todo o senso de responsabilidade. Tudo se indisciplina, todos se queixam, todos estão de acordo nestes apodrecidos diagnósticos da nossa vida pública e privada, mas ninguém quer fazer nada, como se a culpa estivesse no mar, nas árvores ou nas vacas. Ninguém tem coragem de afirmar que a culpa de tudo isto somos nós que a carregamos, pela nossa incapacidade de nos determos um momento para um exame de consciência e para uma decisão de recompormos nosso comportamento em meio à babel que se instalou.

Mas, eu falava em aberturas e então aproveito para dizer que reconheço uma única abertura para a restauração de um clima capaz de nos devolver aquela tranquilidade sem a qual não promoveremos justiça, não produziremos progresso, não penetremos, para solução, a tremenda e absorvente problemática dos nossos dias. Esta abertura é a que temos de fazer em nós mesmos, predispondo-nos à nossa contribuição pessoal na tarefa que é de todos. Queremos circunscrever aos moços as angústias deste tempo, quando o que há é um problema do homem que insiste no descalabro da sua mesmice enervante.

Por certo não sairemos de nada, entregues a este fatalismo de falidos morais. Por certo não sairemos de nada na repetição cotidiana desta disciplicência. Vejo-nos num barco arrombado em cujo tombadilho dança uma sociedade incensiente do naufrágio.

Uma coisa curiosa se passa: antes, éramos nós que oferecíamos notícias à imprensa — agora, é a imprensa que nos oferece notícias, para as comentarmos no plenário das Casas do Congresso. E, hoje, penso naquilo que eu poderia dizer, eis que sou dos que adotam a filosofia do silêncio, quando a turbulência é maior, para não contribuir com a minha lenha para a fogueira que se alastra para transformar-se, como na propaganda do Distrito Federal, depois em cinzas.

É por isso que, hoje, não cado ler, os "mosaicos" do nosso jornalista Ary Cunha, jornalista que aprecio, apesar das vezes em que ele investe contra o Senado, particularmente contra a nossa graça:

(Lendo)

"Todo o mundo está falando em cdise, a torto e a direito no Brasil. Crise política, Estado de sio. Renúncia do Governo. Fala-se em tudo.

O que o Brasil está precisando mesmo é de quem trabalhe. Os

ministros que viajem menos para o exterior à custa do Governo, o Legislativo que abra mão de muitas prerrogativas que possui e o Judiciário que não deixe tantos processos esperando tanto tempo, quando tanta gente precisa de justiça.

A crise é de trabalho sobretudo. Os ministérios enfrentam uma estrutura flácida, corrompida e muitas vezes corrupta. O ambiente de trabalho do funcionário público — é o mais desconfortável possível, à exceção dos gabinetes; os meios de comunicação são deficientes e a maneira de se encaminhar um processo é a mesma usada ao tempo da pedra lascada".

E por aí vão os comentários do jornalista Ari Cunha.

Sr. Presidente, reconheço que há em cada detalhe motivos sobejos de desespero. Cito um exemplo quente. Um Congresso se convoca, por uma de suas facções. Mas o Congresso não se reúne e são mesmo as presenças dos que o convocaram, invocando este mesmo quadro de que hoje o mais beócio dos homens sabe fazer o diagnóstico.

Mas se reconheço que há, em cada detalhe deste cataclisma de insensibilidades, motivos de desespero, não quero pertencer à grei fatalista, sujeito à exploração desses Simões Mágicos, infectíveis profetas dos tempos amargos.

Quero pelo menos tentar otimismo, mas de olhos abertos, porque é gritante a constatação de que chegamos a esta situação graças à manipulação sinistra que veio se instalando nos cérebros, num processo tenaz, corrosivo, através dos grandes meios de comunicação de massas.

Prevenimo-nos contra guerrilheiros, imaginando-os, barbudos, suportando suas asmas nas florestas, e não enchemos que eles de há muito, mas de há muito mesmo, exercem suas guerrilhas com uma eficiência avassaladora, imperceptível à inocência mórbida dos que não enxergam nada além de seus mesquinhos interesses pessoais, quando não por uma estreiteza cerebral capaz de resistir a quaisquer trepanações. Nunca vi coisa melhor organizada que a desse sinistra conjura, cujos agentes comodamente atuam atrás dos linótipos, dos microfones, dos filmes, das ribaltas, nos salões de arte, nas cátedras e, o que é mais espantoso, naquilo que parecia invulnerável: o púlpito. Na capciosa interpretação de uma renovação que, queiram ou não os seus inimigos, a Igreja realiza, sabidamente, abalam-se as convicções do Povo de Deus, na mais espantosa infiltração que desgraçadamente se

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GLIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

conhece, cujas consequências se fazem sentir, chocantes e apolíticas.

Quanto, Sr. Presidente e Senhores Senadores, ao caso deste Sr. Joseph Comblin ao que sei, professor, há dez anos, no Instituto de Teologia, de Recife, no temor de não cometer juízo apressado, li, incrédulo, as primeiras notícias do que ele escrevera, em forma de documento a ser discutido numa conferência episcopal. Mas agora se conheça tudo, na intenção e na revelação monstruosa do que não terá produzido, nestes dez anos, no seu magistério num Instituto Teológico.

Sr. Presidente, vou ler a carta que dois prelados dirigiram, a este respeito, ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi:

(Lê):

"Eminência Reverendíssima: Osculando a Sagrada Púrpura, com saudações muito cordiais, tomamos a liberdade de tecer, junto a vossa eminência reverendíssima, alguns comentários ao parecer do R. J. Joseph Comblin, Professor no Instituto Teológico do Recife, sobre o documento a ser discutido na reunião do CELAM deste ano. Somos a isso levados pela transcendência que adquire a posição tomada pelo professor belga no Instituto Teológico do Recife: não somente porque se destina a ser apresentado à reunião da Comissão Episcopal de toda a América Latina; como principalmente porque pretende desmoralizar a hierarquia e o claro, com o fim de atingir a própria estrutura da Igreja, no intuito de favorecer a subversão da ordem para a instalação de um regime comunista no País".

Visão caluniosa do episcopado

"De fato, como vossa eminência certamente terá visto, o relatório do Padre Comblin difama os Senhores Bispos, aos quais acusa de incompetência, de filitismo, de peitar o poder judiciário, obtendo sentenças favoráveis, mas injustas. Apresenta-os ainda como indolentes, que presenciam a miséria do povo, e em vez de minorá-las, se acumpliciam com os que sugam esses miseráveis."

Um tal quadro dos bispos brasileiros incute na mente dos fiéis que os bispos progressistas — quicá apenas D. Helder e os que publicamente o acompanham — são os únicos que compreendem a missão da Igreja, que tiram o povo da miséria que são os verdadeiros pastores".

Soviet eclesiástico

"Como consequência dessa visão caluniosa dos bispos do Brasil, Padre Comblin preconiza uma aposentadoria para a maioria do episcopado e do clero, mediante a implantação de um verdadeiro soviet eclesiástico, diante do qual, os bispos ficariam praticamente anulados. Aliás, os amores do Padre Comblin não se voltam para os membros da classe a que pertence. Não só calunia o clero, como reprova os gastos com seminários, e opõe-se à vinda de sacerdotes estrangeiros para auxiliar o escasso clero nacional.

Por outro lado, investe também contra estrutura canônica das ordens e congregações religiosas, porquanto almeja uma CRB que liquide as diferenças características das diversas famílias religiosas. Sua intenção é obter assim uma massa de manobra que facilite a promoção de uma revolução social de cunho materialista, através de reformas socialistas, confiscatórias e niveladoras. O fim almejado é a subversão de toda a

estrutura social, e a criação da massa anorgânica sob a tirania do Estado, como acontece nos países comunistas.

Mas, segundo os desejos do Padre Comblin, a Igreja não somente deve contribuir para a instalação de semelhante tirania, como deve ela também se enquadrar na obediência servil ao colégio soviético que irá dominar a Pátria".

Apoio a Fidel Castro

"Para se julgar o caráter da revolução político-social que idealiza o Padre Comblin para o Brasil, notemos que ele considera inustos e nocivos ao desenvolvimento do País, os arrendamentos de terras e prédios, o emprégo de capital em ações de empresas comerciais, e etc. E, para que não haja dúvida sobre suas intenções, faz ele o elogio da revolução comunista do México, deplorada por Pio XI, e da outra igualmente comunista de Fidel Castro cujo início consubstanciou-se no confisco dos imóveis rurais e urbanos, e das empresas comerciais. Semelhante atitude do Padre Comblin contraria dotundamente a doutrina tradicional da Igreja.

No entanto, não perturba a consciência do sacerdote belga nem sequer o tristemente célebre "paredon" de Fidel Castro, porquanto Padre Comblin justifica a repressão violenta contra os recalcitrantes que não amoldam ao nivelamento massificante por ele sonhado.

Porquanto Padre Comblin deixa claro que esse duplo politburo, civil e eclesiástico, não é aceito pela maioria dos brasileiros; e que será necessário usar do poder despótico para impô-lo. Entende mesmo que a Igreja teria feito melhor formando agitadores do que gastando, como fez, tanto dinheiro com seus seminários".

Subversão da ordem jurídica

"Não é somente para a Igreja que as idéias do Padre Comblin constituem um perigo. Pois, ele deseja, outrossim, uma total subversão da ordem jurídica existente. Deseja mesmo que se coliguem as forças católicas para auxiliar os mais audazes no assalto ao Estado, derrubando o governo, desmoralizando e dissolvendo as forças armadas e anulando o poder judiciário: numa palavra, provocando a anarquia.

Infelizmente, tais idéias não representam a opinião pessoal de um visionário ou fanático. No documento que analisamos, acham-se reunidas em forma mais ou menos sistemática, proposições que surgem aqui e acolá, nos meios católicos, conhecidos como progressistas. É um pensamento que se difunde em toda uma corrente ativa, organizada e dotada de apoio

publicitário, a qual, como é notório, encontra audiência e encorajamento até em certos membros de nossa classe.

O documento do Padre Comblin deixou ver aos setores mais responsáveis da opinião nacional que espécie de doutrinas e programas encontram livre trânsito no Instituto Teológico do Recife. A profunda estranheza provocada por este fato sobreleva de ponto considerando-se que o referido Instituto funciona sob a supervisão de D. Helder Câmara, o qual é ao mesmo tempo Secretário Nacional da Ação Social, isto é, do setor da CNBB incumbido de estudar e propor soluções para os problemas sociais e econômicos do Brasil.

Compreende vossa eminência que se deixarmos sem protesto a atitude insólita do Padre Comblin, corremos o risco de passar, junto ao povo fiel, como réus confessos, e promotores da revolução social comunista. Os fiéis poderiam ver no nosso silêncio a confirmação das acusações que nos faz Padre Comblin, e julgar, ou ao menos suspeitar, que realmente somos indolentes, negociistas, incapazes e desonestos, e que aceitamos como missão da Igreja a obra subversiva que ele aponta como o ideal para a atividade eclesiástica.

Queira, pois, vossa eminência ver nestes nossos comentários um desengargo de consciência, de quem está convencido da injustiça das acusações feitas aos venerandos bispos brasileiros e percebe o alcance que representa essa investida subversiva, a mais séria que o Brasil sofreu em toda a sua existência.

Providências contra o Padre Comblin

Tomamos, pois, a liberdade de solicitar de vossa eminência queira providenciar as medidas no sentido de expurgar os meios católicos destas influências doutrinas deletérias que vêm causando neles enorme devastação.

Parece-nos igualmente que seria de grande oportunidade um pronunciamento público que torne claro aos olhos dos poderes civis e militares a inteira rejeição por parte do episcopado do programa e dos métodos comunistas contidos no documento do Padre Comblin.

Certos da benévola acolhida que vossa eminência vai dar a esta nossa carta, com o respeito que devemos a vossa eminência, subscrevemo-nos Servos em Jesus Cristo".

Ocorre coisa verdadeiramente impressionante, pois, conseguiram, os que querem mudar o regime do Brasil, o que não terão conseguido, em parte, alguma do mundo: penetrar a Igreja. Não há necessidade Sr. Presidente, de maiores comentários, porque a gra-

vidade que se gerou não poderia produzir consequências mais nefastas, mais desastrosas; nós as sentimos.

São apenas aspectos de uma situação para a qual, como anunciei, com uma inocência distrital, venho pedir, Sr. Presidente, boa-vontade; e como dizia irracionalmente, pois d'isto há necessidade em pouco de otimismo.

Sr. Presidente, não é preciso dizer mais nada, não é preciso, realmente, dizer mais nada. Há instantes em que calar vale mais que aguardar os acontecimentos, aguardar em ação, para que não se diga mais como em comentários que, hoje, li, segundo o qual enquanto a Oposição ataca de forma inusitada e desmedida o Governo, não há nesta Casa, quem o defenda.

Esta é uma outra história que não desejo penetrar, mas quero que saibam, esses que assim dizem, que há os que estão em silêncio mas em ação, em silêncio mas em guarda, em silêncio mas em vigília.

Vigília tomada no seu sentido mais amplo, porque esta é a hora da grande vigília que nós estamos vendo.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. Aurélio Vianna — Confirma V. Exa. as palavras daqueles que dizem que o Governo é atacado, nesta Casa, sem defesa.

O SR. GUIDO MONDIN — É a evidência.

O Sr. Aurélio Vianna — E confirma porque, hoje mesmo, V. Exa. está atacando o Governo e não há ninguém que o defenda. Porque V. Exa. vem fazendo, desde o início de seu discurso, um verdadeiro libelo acusatório. V. Exa. vem declarando que o País continua vítima de desaprecação, os escândalos continuam existindo, e proferindo palavras que, na verdade, se traduzem numa análise fria dos acontecimentos mas que revelam o seu descontentamento com a posição que o Governo toma neste instante. E o silêncio é resposta, e o silêncio significa consentimento, porque não há ninguém de bom senso, neste País, que, em fazendo uma análise fria dos acontecimentos, não proceda como quase todos nós estamos procedendo. Daqui a instantes comentarei a entrevista do Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, e procurarei fazê-lo de modo um tanto quanto diferente. Mas, na verdade, pode-se atacar o Coronel Jarbas Passarinho, o Senador Jarbas Passarinho, o Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho de antigovernista por fazer o pronunciamento que fez? De modo nenhum. Portanto, V. Exa. está de parabéns em criticar construtivamente o que se processa neste País, pedindo ao Governo que governe e solucione. Porque a grande crise brasileira, que não vem de agora, é a crise da incapacidade. Incapacidade de equacionar e de resolver os grandes e graves problemas nacionais. Esta é a crise que vem gerando as outras crises.

O SR. GUIDO MONDIN — É evidente que, dizendo o que disse, suscitaria um tipo de aparte, precisamente, daquele com que o nobre Senador Aurélio Vianna me honrou.

Mas, Senador Aurélio Vianna, se há coisa que não me preocupa, é a interpretação, qualquer que seja a interpretação, daquilo que estou dizendo. Eis que é feita da apreensão de um homem realmente preocupado.

Se pudéssemos extrair uma síntese daquilo que se disse, eu a faria para dizer que a minha preocupação é esta. Não podemos querer que apenas esta ou aquela corrente, este ou aquele setor, venham a resolver os problemas nacionais. Nós temos de dar as mãos nesta conjuntura. Daí o clamar por otimismo; daí porque eu dizia, inicialmente, que se fomos nós, que fizemos esta situação, como homens, a nós compete chegar à solução.

Portanto, com o espírito mais alentado possível, venho dizer apenas que nós só poderemos encontrar, realmente, uma solução para esta conjuntura pelo trabalho, pela boa vontade, pelo esforço que podemos despendar no sentido de sermos otimistas, embora o quadro se apresente dessa maneira. Por isso digo que não quero render-me, só hipótese alguma, ao pessimismo.

Se estas parecessem fossem transponíveis, eu faria realmente este apelo, um apelo ao otimismo, mas, de olhos abertos, Sr. Presidente invocando a solução pelo trabalho pois esse otimismo será de fazer combatendo esta inércia que se abateu sobre os homens.

Temos de compreender — vou repetir porque gosto — temos de compreender que não foram o mar, as árvores, as vacas que criaram esta situação; foram os homens. Então, não esperemos que o mar, as árvores e as vacas venham solucionar nossas angústias. Criemos em nós, primeiro e já, as forças morais para os legítimos combates em defesa desta Nação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorin Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, todos os jornais, sem exceção, pelo menos aqueles que li hoje, declaram ao povo brasileiro que o Governo adia a solução da crise para terça-feira. Um prazo certo para a solução da crise. Que crise? Este País está em crise há cerca de quatrocentos anos. Estêve em crise na Colônia, quando eclodiram diversos movimentos de rebelião contra a metrópole. Estêve em crise durante a Regência Trina e a Regência Una, a de Feijó, quando também houve diversas rebeliões do povo, diversas rebeliões esmagadas pelas armas.

Estêve em crise durante a Minoriade; em crise antes, quando Pedro I governou este País, como o seu primeiro Imperador, crise que culminou com a sua abdicação; estêve em crise quando da minoridade de Pedro II; estêve em crise durante o Governo do nosso segundo Monarca, crise econômica, crise política; o Poder moderador realmente nada moderava, Ministérios caíam, denúncias se formulavam das tribunas do Senado e da Câmara sobre a corrupção que lavrava naquela época; crise quando da Proclamação da República; crise durante o Estado Novo; crise desde 1946 até agora.

Este País vem estando à beira do abismo, segundo se diz, há cerca de quatrocentos anos. É a crise da juventude, a crise de uma país jovem, de um país subdesenvolvido, incompleto, que não aceita esta situação humilhante, que vem levando seu povo a uma amargura permanente durante anos e anos. Os Governos que surgem acusam os Governos que saem, da crise e, assim os Governos que se sucedem vão transferindo a responsabilidade da crise brasileira para os governantes que passaram. E nossas acusações permanentes nada mais revelam do que todos eles foram incapazes de equacionar os problemas nacionais para resolvê-los convenientemente. Esta é a situação; é a crise social, é a crise econômica, é a crise política, é a crise universitária, a crise militar, a crise, até da igreja; é uma crise generalizada.

Mas Sr. Presidente, nunca, nós tínhamos ouvido, de um membro do Governo, dos mais responsáveis, uma denúncia tão séria como a que proferiu o nosso colega o Senador e Coronel do Exército Nacional Jarbas Passarinho.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Teotônio Vilela — Peço licença para interromper o discurso de V. Exa. ...

O SR. AURÉLIO VIANNA — É um prazer ouvir V. Exa., sempre.

O Sr. Teotônio Vilela — ... antes que V. Exa. faça qualquer apreciação em torno das declarações feitas pelo Ministro Jarbas Passarinho, nosso colega do Senado. Mas, V. Exa. estava fazendo uma análise da crise nacional. Veio desde a Colônia e chegando até hoje, dentro desse mesmo clima de instabilidade política. Gostaria de dar um depoimento, que é o depoimento de um homem que deseja, ainda hoje, que este Brasil acerte e que o Presidente da República acerte, afirmando o seguinte: Todas as crises que nós temos tido são crises para sustentar uma única coisa, que é a estrutura sócio-econômica deste País.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exa. O Sr. Teotônio Vilela — Então, tamente, iria tocar no assunto. Estou lembrando aquela legenda que foi da UDN, quando ela surgiu como partido que desejava, realmente, criar um clima novo no País — eterna vigilância: "O preço da liberdade é a eterna vigilância". Nós pagamos um outro preço muitíssimo maior, hoje — é o preço da estrutura sócio-econômica, é a instabilidade política. Não fazemos outra coisa senão tirar presidente e botar presidente, para que, cada presidente, no seu lugar, mantenha essa mesma estrutura sócio-econômica. Então este País, que vive de crise em crise, da colônia até agora — porque, V. Exa. conhece isto muito bem, levamos três séculos de semários e, de três séculos de escravatura e, então, passamos da gradação de escravatura até a libertação, séculos. E se mantêm, ainda hoje, o homem do campo, lá em nossa região, em condições talvez piores que as do próprio escravo. Então, a estrutura se mantém. E, como mais de uma vez tenho alertado a nação, tenho alertado os responsáveis, não adianta esta luta tática, infantil, tentando tirar o Governo, botar Governo, sem se pensar na estrutura porque disto é que o nosso povo realmente já está cansado. O fenômeno estudantil é apenas um sintoma, é apenas uma faceta dessa contração enorme em que todos vivemos. Sabemos todos que o País não pode continuar dentro desse leito. Mas fazemos, todos nós, força para que ele se mantenha dentro desse leito. Diria, Senador Aurélio Vianna, que esta Casa totalmente vazia, esta e a outra, não estão vazias de homens; vazio está este País de compreensão, de idéias e de uma coragem, que é o que o povo pede, para que tudo isto seja preenchido diante de que se deseja, se exige e se vê. Nós negamos a verdade, vivemos a dar as costas à verdade. Então, Senador, esta Casa, onde eu ficarei até o último instante se a fecharem, atem, apenas de dar, de agora por diante, um depoimento — o de que ela é válida pela sua compreensão, para isso apresentando ao Governo um mínimo de orientação. Que ele aceite ou não aceite. Chegou, agora, nossa hora de apresentar as nossas reivindicações em termos mínimos para que não sejamos, tão-somente, sepultados com cal na cara.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Senador Teotônio Vilela, seu aparte não me causa surpresa porque o conheço há muitos anos e sei das suas idéias, do seu pensamento e da capacidade que V. Exa. tem para analisar, em profundidade, os problemas deste País. A velha mentalidade vem resistindo, a velha estrutura vem resistindo e a impressão que se tem é a de que essas crises, artificialmente construídas, só têm um objetivo: a manutenção do status quo. A velha estrutura não foi destruída; tem sido abalada diversas vezes, mas reage com habilidade certas vezes, e pela violência outras vezes.

zes. A crise é da incapacidade para a solução dos nossos problemas, que só serão solucionados quando houver a substituição da velha estrutura por uma nova, pela qual reclama este País e reclamam todos os países subdesenvolvidos.

Sr. Presidente, quando V. Exa. falou no homem do campo, eu me lembrei imediatamente do Sr. II hoje, num dos grandes jornais deste País: (Lendo):

"Há um comércio de escravos no Brasil. A imitação do Brasil, a disparidade nos níveis de vida, a dificuldade de comunicação, entre outros fatores exigem uma reforma profunda de estrutura social e política, no plano federal, estadual e municipal".

Há um comércio de escravos no Brasil. Eu pensei, no início, que se tratasse de escravatura branca, da escravização de meninotas de mocinhas por grupos poderosos que as levam aos prostíbulos, a venda da sua própria carne. Mas o jornal chama-nos a atenção para as denúncias feitas sem que tivessem sido contestadas até agora, da escravização do homem brasileiro, do camponês brasileiro.

Há um comércio de escravos no Brasil. E quando se pede seja constituída a Comissão de Defesa dos Direitos do Homem, para que a lei que foi votada seja posta em evidência, há um silêncio sepulcral e essa Comissão jamais foi constituída neste País, para zelar pelos direitos fundamentais do homem e do cidadão brasileiro.

Quando se fala no genocídio que se pratica no Brasil, na destruição, no aniquilamento de tribos inteiras, e que se pedem providências, há um silêncio, porque grupos poderosos, que estão por trás — e sempre estiveram por trás — como mandantes daqueles que assassinam os índios brasileiros, creio que ainda conservam aquele poder, e quase todos os inquiridos morrem, não rebutados. Tanto que agora, os mesmos jornais revelam que o Ministro Albuquerque Lima, uma das poucas esperanças que restam para muita gente, neste País, está determinado a levar até o fim o inquérito feito, a levar até o fim a política de proteção ao índio brasileiro, contra a matança e o roubo das suas terras por grupos poderosos.

Será que iremos assistir a alguma coisa de novo neste País? Mas nobres Senadores, o nosso colega, Senador Jarbas Passarinho, declara que existe uma crise em marcha.

Que crise? Que poderá resultar dessa crise? (Lendo) ...

"No momento em que atingir o impasse poderá levar o país a uma verdadeira ditadura".

Então a crise a que ele se refere poderá levar o Brasil a uma verdadeira ditadura. Creio que S. Exa. desejava dizer: desaparecerá o Senado Federal e Câmara dos Deputados. O Poder Judiciário estará subordinado ao poder dos ditadores. A liberdade de imprensa, a que existe, portanto a liberdade de crítica, também desaparecerá. Um grupo dominará com mão-de-ferro este País, sem sofrer as críticas, nem da imprensa falada, nem da televisionada nem da escrita, muito menos do Parlamento, porque este também teria desaparecido.

Para conjugar a crise, S. Exa. preconiza a reformulação da administração, a começar do topo para baixo, inclusive com o remanejamento do Ministério.

Então, o que na verdade revela o Ministro Jarbas Passarinho é que com a composição atual, o Governo não pode romper a crise. A equipe não tem capacidade para tanto. Urge uma reformulação, um remanejamento do Ministério. E fala da reformulação administrativa de cima para baixo.

Deste modo, declara S. Exa. — é o que se implica — que a estrutura atual não pode resistir à crise, não tem capacidade para resistir à crise e os homens que governam tem que tomar atitudes heróicas para que o regime não sucumba de vez, vítima de uma verdadeira ditadura que seria implantada no País.

Tal solução, salienta, seria uma forma de reabertura e discussão dos problemas em termos de diálogo.

Nobres Senadores, anotemos com: o Ministro Jarbas Passarinho não acusa a Oposição de ser a causa fundamental da crise; o Ministro Passarinho levanta uma tese que não havia ainda sido sustentada por nenhum membro do Governo em evidência. Para que haja diálogo e uma forma de reabertura e discussão dos problemas nacionais, necessário se faz uma reformulação em toda a estrutura administrativa do País, a partir de cima para baixo. É uma tese nova, sustentada por um membro do Governo, porque, até bem pouco tempo, era acusada a Oposição de implantar no País o terror, de implantar no País a inquietação, de ser a causa fundamental de não estarem sendo convenientemente resolvidos os nossos grandes e cruciais problemas.

Acrescentou que sua atitude, como de alguns Ministros que apresentaram ao Presidente da República os respectivos pedidos de demissão, teve o objetivo de permitir que o Marechal Costa e Silva encontrasse caminho mais fácil para alguns dos problemas que enfrenta sem ferir a Constituição.

Quais os incapazes que devem ser afastados? Quais os incompetentes que devem ser afastados? Quais os capazes e competentes mas desinteressados, ou vítimas de pressões terríveis a que se submetem, que devem ser afastados?

Quando S. Exa. apresenta — e mais alguns outros Ministros — o pedido de demissão é porque deseja que o Presidente da República fique à vontade e quando apresenta S. Exa. — e mais dois ou três Ministros — o seu pedido de demissão, na verdade o que estão dizendo os demissionários é que os outros Ministros facam a mesma coisa, para que o Presidente, através de uma máquina mais bem ajustada, possa enfrentar a crise e salvar o que resta das instituições.

Passemos adiante um pouco, para irmos a outros pontos que julgamos fundamentais nessa entrevista que deve ser comentada, debatida, porque representa o princípio de um fim qualquer.

O Senador e Ministro Jarbas Passarinho não falou por falar. S. Exa. é muito infenso à demagogia barata e ao vedetismo. É homem de debate, é homem do diálogo. Certo ou errado, enfrenta os problemas e até agora, segundo me consta, não tem fugido ao diálogo, dentro ou fora do Parlamento.

(Lê):

"Salientou o Ministro do Trabalho que há grupos radicais que devem estar profundamente satisfeitos ao verificar que conseguiram exacerbar um outro grupo radical."

Ao grupo radical de esquerda que pode provocar a instauração de uma ditadura interessa o quanto pior melhor, pois aí se tornaria mais fácil a derrubada do Governo com a arregimentação do povo.

Nobres Senadores, estas declarações não podem passar despercebidas, precisam ser melhor analisadas:

(Lê):

"Ao grupo radical de esquerda, que pode provocar a instauração de uma ditadura, interessa o quanto pior melhor, pois aí se tornaria mais fácil a derrubada do Governo com a arregimentação do povo".

"A direita radical lava as mãos exultante".

Por que exulta a direita radical? Porque ao grupo radical da esquerda, o que pode provocar a instauração de uma ditadura, interessa o quanto pior melhor, pois poderia arrimentar o povo para a implantação de uma ditadura de esquerda. É por isso que a direita radical lava as mãos, exultante?

Não entendi bem. Há uma luta entre o poder ditatorial; de um lado, a direita, de outro lado, a extrema esquerda. Entendo, Sr. Presidente, que a luta que se vive, no mundo inteiro, e o Brasil não está fora do mundo, é entre os partidários da democracia e os partidários da ditadura, seja ela qual for, de esquerda ou de direita. Como é que nós levamos nosso povo a fazer a opção entre ditadura de direita ou ditadura de esquerda, quando a opção é entre ditadura ou democracia? Temos e que arregimentar o nosso povo para a defesa de um genuíno sistema de governo que propicie o desenvolvimento econômico, social e político deste País. Temos que lutar a fim de que o Governo revele, através dos seus atos, que todas as suas tendências são para que se estabeleça, neste País, uma democracia de fato e de direito, genuína, verdadeira, que solucione os nossos velhos problemas, através de mudanças de estrutura; que o Governo declare ao povo, e o proclame através de atos, que a plataforma submarina brasileira é brasileira, para os brasileiros e que não obra perspectivas da sua exploração por grupos internacionais; que o Governo declare ao povo que as reformas que patrocinam são para valer — a educativa, a agrária, a administrativa — e inicie o processo, para que essas reformas se consubstanciem de fato.

Sr. Presidente, com a atitude da esquerda radical, a direita radical espera a oportunidade de colocar em prática aquilo que sempre preconizou. Onde está a direita radical, qual o apoio com que consta essa direita radical? É uma direita formada de civis, inspirada por civis, ou é uma direita formada por militares, inspirada por militares, tendo a seu serviço elementos civis?

Pela primeira vez se falou às claras. Há uma direita radical, à espera do momento, da oportunidade de colocar em prática aquilo que sempre preconizou, desde quando? Desde o eclozir da Revolução ou da denominada revolução de abril, ou já antes?

Repito, que o inspirador ou quais os inspiradores dessa direita radical? Quem a compõe? Qual o seu poder?

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Petrólio Portela — V. Ex^a, para felicidade nossa, proclamou, ainda há pouco, que o Brasil não está fora do mundo. E este quadro, pintado pelo ilustre Ministro Passarinho, ocorre no mundo inteiro e, já agora, aqui, em termos mais virulentos. A direita está tanto nos quartéis quanto nas escolas, nas fábricas, etc., a mesma coisa ocorrendo com a esquerda. Essa luta ideológica existe, e é preciso diferenciar extrema-esquerda de extrema-direita, porque, em verdade, nos métodos, no *modus faciendi* estão afastados, embora o desiderato seja o mesmo. Mas, por outro lado, V. Ex^a já leu aí, de forma bem expressa, aquilo que reclama. O Presidente da República, o Chefe do Poder Executivo prefere a Democracia, luta por que ela seja preservada e consolidada em nosso País. É a melhor pista está em que há muito se fala em estado de sítio, instrumento excepcional mas rigorosamente enquadrado nos termos constitucionais, para o qual o Presidente não apelou, não obstante a agitação de rua.

O SR. AURELIO VIANNA — Agradeço a V. Ex^a, mas o primeiro princípio, o ponto de partida, a tese sus-

tentada pelo Ministro Jarbas Passarinho é que esta nas mãos do Presidente da República evitar que a esquerda radical se aposse do Brasil, bem como a direita radical. A sua tese difere de muitas outras.

A direita radical deseja o poder pela implantação de uma ditadura no Brasil, a esquerda radical deseja o poder pela implantação de uma ditadura no Brasil. Quem poderá evitá-lo, neste momento? Então, vem o Senador Jarbas Passarinho e claramente o diz: é o Presidente da República, se reformular a sua política administrativa, se alterar o seu Ministério, se substituir muitos homens de sua equipe, estes sim, que estão levando o Brasil à opção entre ditadura da esquerda ou ditadura da direita.

Este é o ponto que muita gente não tem frisado e muito pouca gente tem tido o coragem de aborlar. E aqui que está o âmago da questão. O nó gordão que precisa ser cortado!

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Petrólio Portela — Sr. Senador, quando o ilustre Ministro Jarbas Passarinho fala expressamente no seu propósito de renúncia ao Ministério, e no que se faz também acompanhar de ilustres colegas, quer simplesmente declarar à Nação que, num momento de crise, este é o comportamento que, quantos tenham responsabilidades maiores, devem assumir perante o Chefe supremo, S. Ex^a não disse que o Presidente só poderá salvar o regime modificando o Ministério. No meu entender, não se salva um regime simplesmente mudando homens. O que se impõe, em verdade, é que haja de fato uma reação completa, cabal, total, também por parte da Oposição, no sentido de que as coisas não se agravem. Porque, não é simplesmente atacando virulentamente pessoas (não é o caso de V. Ex^a) que a Oposição colabora com o Presidente da República, no momento de crise.

O SR. AURELIO VIANNA — Meu nobre colega, então V. Ex^a não leu cuidadosamente a entrevista do Ministro Jarbas Passarinho:

“Preconizou a reformulação da administração, a começar do topo para baixo, inclusive com remanejamento do ministério.”

Tal solução, salientou, será uma forma de reabertura e discussão dos problemas em termos de diálogo. Acrescentou que sua atitude, como a de alguns ministros que apresentaram ao Presidente da República os respectivos pedidos de demissão, teve o objeto de permitir que o Marechal Costa e Silva encontrasse um caminho mais fácil para alguns dos problemas que enfrenta, sem ferir a Constituição.”

Mais clareza?

Não pode haver mais clareza. Quem responde a V. Ex^a é o Ministro Jarbas Passarinho.

O Sr. Petrólio Portela — Isso está em conformidade com a minha interpretação. V. Ex^a há de me permitir. O que o ilustre Senador Jarbas Passarinho declarou é que colocou o seu cargo à disposição do Presidente; outros já o fizeram, mas isto, por si mesmo, não basta — é um dos caminhos, mas, na verdade, o que se precisa é de uma diretiva de Governo. Pergunto a V. Ex^a: nós resolveríamos o problema da educação simplesmente mudando o ilustre Ministro Tarso Dutra? Evidentemente que não.

O SR. AURELIO VIANNA — Mas V. Ex^a não ouviu então o início do nosso discurso. Não ouviu o aparte do Senador Teotônio Viella. Justamente foi isto que defendemos. E estamos prontos em sentir que não apenas nós, V. Ex^a também defende a mesma tese. O que houve no Brasil foi a substituição de homens que

governavam, por outros homens, mantendo-se o sistema, o *status quo*.

A única diferença foi que, no outro sistema se permitia mais liberdade de manifestação de pensamento, neste sistema permite-se que a manifestação não do pensamento se faça dentro de certos e determinados quadros que são de restrição, todos nós conhecemos.

Mas não vamos nos perder neste debate entre nós dois, porque no fundo estamos de acordo.

O Sr. Petrólio Portela — Não, de acordo, não. A minha tese é diferente de V. Ex^a, rigorosamente diferente.

O SR. AURELIO VIANNA — Não acho, não. Com os homens que estão hoje no poder não é possível reformular a administração, fazer-se a reforma que o Brasil necessita. Então, a mudança da atual estrutura humana por outra estrutura humana é para haver a modificação da velha estrutura que vem impedindo o desenvolvimento do País. Mas não vamos nos perder neste assunto.

O Sr. Petrólio Portela — V. Ex^a me permite mais um aparte com sua tolerância? Quero dizer a V. Ex^a que se fala em reformulação, reforma, mas não se tocam exatamente os pontos que devem ser reformulados. Já falamos no problema da educação, em que há uma reestruturação indicada. Devo dizer a V. Ex^a que concordo em que muita coisa precisa ser reformulada. Mas não concordo, de maneira nenhuma, em que simplesmente a mudança do Ministério resolva o problema. E acho que a primeira reformulação, no Brasil, deve ser da Oposição. Sabe V. Ex^a muito bem que, embora existam pessoas, homens públicos eminentes, como V. Ex^a, buscando a boa saída democrática, há muitos que se prestam, exatamente, às provocações que poderão levar o País ao abismo. Então, a primeira reformulação que recontece é a da Oposição.

O SR. AURELIO VIANNA — É a segunda. A primeira — a do Senador Jarbas Passarinho — é a reformulação governamental. Estou plenamente de acordo com V. Ex^a.

Quem tem dois terços do Congresso Nacional nas mãos? E se um projeto de lei, para aqui enviado pelo Presidente da República, não for votado pelo Congresso Nacional, dentro do tempo preconizado pela Constituição, o que acontecerá? Será transformado em lei automaticamente.

Vejo mesmo que seria uma perfeita e acabada imbecilidade de um Governo querer uma ditadura, para executar determinada política, quando pode executá-la com um Congresso cuja maioria o apoia, e que não lhe vem negando esse apoio. Seria assumir, sozinho, uma responsabilidade quando pode dividi-la com um Congresso — repito — cuja maioria está a seu lado.

Não sou um intérprete daquele grupo radical marxista que acha que os homens não valem coisa alguma, como que se as idéias pudessem locomover-se o homem; como que se as reformas pudessem ser realizadas sem homens. As idéias nos homens atuam e os homens com idéias procedem de um modo a merecer respeito.

Mas, o Ministro Passarinho declarou ainda:

“Tudo farei para o desarmamento dos espíritos e para que haja desenvolvimento com liberdade. É a tese da democracia cristã — desenvolvimento com liberdade — pois, em caso contrário, ao admitir apenas o desenvolvimento sem liberdade, teremos que reverenciar a memória de Hitler e de Stalin. Quem acredita que pode conduzir a vida de uma Nação, na base do terror, é ingênuo ou burro, que é a mesma coisa”.

Falou como um nordestino autêntico, um brasileiro da velha cêpa:

“Quem acredita que pode conduzir a vida de uma Nação na base do terror é ingênuo ou burro, que é a mesma coisa.”

Com tudo isto, achamos que existe uma solução urgente e indispensável, para abrir diálogo é necessário que haja confiança mútua.”

Em nenhum momento S. Ex^a se refere à Oposição. Faz a radiografia do Governo. O que S. Ex^a declara é que há grupos que se estão chocando, dentro da própria área governamental. Então, se coloca naquele grupo que quer desenvolvimento com liberdade, porque S. Ex^a não acredita que a vida de uma nação possa ser dirigida à base do terror. E ingenuidade declará-lo é burrice pensá-lo.

(Lendo)

“O remanejamento do Ministério seria uma forma de construir, até por excesso, adiscussão do problema, em termos de diálogo ou da reabertura.”

Acentua o Ministro do Trabalho:

(Lendo)

“Que o Presidente da República sofreu pressão para que ferisse a Constituição.”

Pressão de que grupo? Da Oposição? Não de grupos internos, de grupos que estão no Governo. Sofreu pressão para que ferisse a Constituição mantendo-se, dentro do seu ponto-de-vista. Foi o que afirmou o Ministro Passarinho. Disse, ainda, S. Ex^a, que, por sua atitude, o Presidente da República ficou, evidentemente desgastado em certas áreas militares.

Sr. Presidente, enquanto pudermos comentar construtivamente, comentemos.

As observações do Senador Teotônio Viella são válidas.

Perguntamos, a muitos que se apresentaram revoltados contra o atual estado de coisas o que pretendem de fato se esta estrutura está podre deve ser substituída. Por que outra estrutura? E porque a pergunta é esta mesma. Que estamos verificando? E que os grupos políticos que compõem os dois partidos, artificialmente criados, estão despertando. Se há crise num e crise no outro.

E eu respondo ao Senador Petrólio Portela: a crise política de cada um deles é em que virtude de que ambos foram constituídos de elementos cujo pensamento político-ideológico não é a fim e se dentro do Partido ao qual pertencem há socialistas, há também democratas cristãos há udenistas, há trabalhistas, há pessedistas, há perreptistas, e há o que havia de melhor no campo ideológico naqueles Partidos.

De alguma maneira, a crise é maior cá do que ali, porque acrise é em torno de princípios, de idéias, de programas. O que, então, une este grupo heterogêneo, ideologicamente falando, que é o Movimento Democrático Brasileiro? Apenas o desejo, e nesse “apenas” vai tudo, vai um mundo de cogitações, de uma saída democrática para acrise em que se vem debatendo este País.

O que deseja este grupo heterogêneo, porque ainda se constitui e está unido, é impedir a derrocada final, que a massa da crise leve o Brasil ao silêncio dos sepulcros sem liberdade de crítica a mínima que o fosse, sem o direito de dissentir o mínimo que fosse.

A crise de princípios existe porque os remanescentes dos Partidos existentes que estão no MDB eram homens geralmente de princípios e que conservam os seus princípios, o seu pensamento ideológico, que desejam no MDB transformações, inclusive que o Sr. Presidente da República aja e depressa, que o número dos “Passarinhos”, que são poucos ainda,

e que estão voltando em torno de S. Ex.^a, aumente para que Sua Excelência possa realizar a política desenvolvimentista brasileira, rompendo a cadeia de aço que se formou em torno dele e que está impedindo uma saída democrática, uma grande saída para um país em formação e que deseja liberdade econômica, liberdade cultural, liberdade política, liberdade social.

O Sr. Jarbas Passarinho tocou com o dedo na chaga. E lá mesmo, no Governo, que existe a grande oposição à democratização do País. Não mesmo existem os grupos de pressão que vêm desgastando o Presidente da República, se realmente ele tem as intenções que, por inferência ou claramente, o Sr. Jarbas Passarinho proclama.

Sr. Presidente, o nosso desejo é que o sistema democrático seja implantado e que isto que se chama de democracia se transforme numa autêntica e genuína peça democrática, estrutura democrática que leve o País a respirar, a pleitear, a defender o sistema de vida que é o próprio sistema preconizado pelo Cristo, em que o homem livre defenderá sua liberdade e o direito dos seus adversários de vivê-la, de proclamá-la, e de defendê-la.

Eis, Sr. Presidente, o que tínhamos para dizer em torno da entrevista do Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente: Srs. Senadores, recebi da cidade de Parintins, no meu Estado, o seguinte telegrama:

"Interpretando o pensamento da classe conservadora e da coletividade parintinense, apelamos ao ilustre amazonense no sentido de influir junto à Câmara, para o fim de determinar, com urgência, a readaptação da pista do aeroporto de Parintins, para que possamos receber aviões tipo turbo-hélice que trafegam em nossa região. Estamos informados de que a Cruzeiro do Sul acaba de negociar aparelhos DC-3, o que constitui séria ameaça a nossa população. Confiamos na decidida ajuda do eminente Senador, a fim de evitarmos o colapso total no tráfego aéreo de nossa cidade. Cordiais saudações. — Francisco Assis Linhares Ltda, Presidente da Associação Comercial de Parintins."

Sr. Presidente, anunciam os jornais que em breve o chefe do Executivo instalará a sede do Governo na capital do Amazonas. Os jornais do meu Estado anunciam tal evento como o marco de uma nova era promissora para a região. Deus queira, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que dessa instalação governamental na Amazônia possamos colher alguns frutos em proveito daquela região.

Sr. Presidente, sou um homem descrente dos resultados de tal conduta. O Sr. Presidente da República instalar-se-á em Manaus, cercado de um grupo de Assessores e de outras pessoas que irão satisfazer a curiosidade de conhecer a Amazônia, com o programa de ouvir reivindicações, debater planos, discutir projetos. Acreditado, entretanto, que de tudo isso resultará, apenas e tão-somente, a apresentação de continências, a realização de banquetes, audiências, recepções, e, para algumas pessoas, o conhecimento de pontos pitorescos.

Não sou propriamente contra a que S. Ex.^a faça tal viagem. Ao contrário, deve ir, deve examinar, deve ir ver o que se passa. Mas, homem habituado à vida pública e conhecedor dos meandros dos nossos Ministérios e, sobretudo, certo da mentalidade da maioria dos homens que dirigem as pastas governamentais, atualmente, creio que nenhuma solução prática advirá de conversas e discussões, de

exposições de planos. Muito mais atual, não só para o Amazonas mas para toda a Amazônia, seria que o Sr. Presidente da República, na Capital Federal, na sede da União, recebesse, em determinada época, momentaneamente durante a elaboração da legislação, os governantes de determinada região, que lhe trariam os seus planos, as suas reivindicações, explicassem seus propósitos, a fim de que, cercado dos recursos de que dispõe o Governo na sua sede, pudesse discutir esses planos e essas reivindicações objetivamente. E, então, sim, equacioná-los para lhes dar a solução devida.

Que vale, Sr. Presidente, instalar-se o Governo na capital do Estado do Acre, por exemplo, e apenas receber reivindicações, exposições de planos e não poder, de momento, mandar proceder a um exame sereno, seguro da sua objetividade e dizer, afinal, com segurança, da possibilidade de sua execução?

O Sr. Presidente da República irá receber um amontoado de processos e, depois, os trará para a Capital Federal e os mandará examinar através dos célebres canais competentes, das repartições que devem sobre eles falar.

Mais prático será, Sr. Presidente, mais objetivo, mais produtivo, que se reserve, durante uma certa época, uma ou duas semanas, na Capital da República, para o estudo de tudo, o que diz respeito à Amazônia, como o que interessa ao Nordeste, em outra oportunidade, subsequentemente, ao centro-oeste, depois ao Leste e, finalmente, ao Sul.

Então, na sede do Governo teremos debatido todos aqueles magnos problemas que interessam a cada Estado em particular, e, em conjunto, a toda uma região.

O problema que sugere o telegrama que acabo de ler, Sr. Presidente, por certo não encontrará solução na viagem que o Presidente da República fará a Manaus.

Manaus é o centro, é a capital do Estado; mas é a cidade de Parintins, a porta de entrada do Estado do Amazonas, que reclama a ação de um órgão governamental para adaptar o seu aeroporto ao tráfego dos aviões turbo-hélice que já estão trafegando na região.

S. Ex.^a, o Presidente da República trará, como chefe supremo da nação, uma grande soma de experiência se, ao invés de instalar-se em Manaus, como Chefe do Governo, durante três ou quatro dias, dirigir-se a outros pontos do Estado. Visite uma cidade do Juruá, outra do Madeira, vá até o Rio Negro, dirija-se ao Solimões para ver, de perto, o abandono em que vivem, realmente, as populações interiores do Estado.

Não será tão-somente discursos na Associação Comercial nem recebendo altas personalidades no Palácio Rio Negro que o Sr. Presidente da República se integrará da dramática situação que vive toda a vasta região amazônica, mormente a Amazônia Ocidental. Dos problemas locais, dos problemas das classes sediadas na cidade, por certo trará S. Ex.^a informações; mas isto poderia, talvez, com mais proveito, ser debatido, discutido, durante uma semana que se destinasse à Amazônia na Capital da República. O Governo, dispondo dos elementos de que dispõe, poderia imediatamente determinar soluções para esses problemas gritantes, que de lá não poderá nunca resolver. Daqui, entretanto, recebendo essas informações, estabelecerá um plano para realizações e depois, sim, marcará o prazo para, acompanhado de cada Ministro a que se referisse o assunto tratado, verificar *in loco* se suas ordens estavam sendo cumpridas, se os planos estavam sendo executados, se as reivindicações estavam sendo atendidas.

A não ser assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, teremos a repetição de outros planos e outras reivindicações que foram apresentadas, que foram submetidas ao Governo da República desde os tempos da interven-

toria do meu eminente mestre Senador Alvaro Maia, do Governador Leopoldo Neves e finalmente pelos dois últimos governadores eleitos Gilberto Mestrinho e Plínio Ramos Coelho. Os planos que foram apresentados terão o mesmo destino, que se traduz na melancolia do seu esquecimento. É preciso que não aumentemos a descrença no coração dos homens brasileiros, e, sobretudo, daqueles brasileiros que têm sido os mais esquecidos durante toda a nossa História, que são os brasileiros da Amazônia.

As atividades do Governo devem ser comedidas, para se em realizadas, para serem efetivadas. Não será apenas uma excursão que, por certo, levará ao Amazonas a solução dos seus problemas.

Entenda-se que não combato a ida do Sr. Presidente da República à Amazônia; muito ao contrário, até me alegro que S. Ex.^a irá ver de perto, sentir de perto o calor daquela gente que luta, tem lutado e há de lutar sempre para continuar como integrante do povo brasileiro. Mas o que desejo é que se tratem os problemas com seriedade e não apenas para produzir efeitos, propagandas e noticiário de jornais. O que desejo é que não se repita o que ocorreu com o FIDAM. Instituição criada dentro do Banco da Amazônia para fomentar a iniciativa privada no grande plano de desenvolvimento regional, transformou-se, entretanto, num triste desgano para os homens da Amazônia, que viram nas quatro leis que instituíram a Operação Amazônia, uma abertura para a tão decantada e desejada valorização regional.

O Orçamento da República reservou aquele órgão da política financeira governamental, na Amazônia, para 1967, vinte e sete bilhões de cruzeiros antigos. Entretanto, Sr. Presidente, sei eu, de fonte segura, que já ao findar do exercício de 67, o Ministério da Fazenda entregou ao Banco da Amazônia, de que o FIDAM é integrante, apenas pouco mais de 10% do total determinado por lei. E, ao fazer um requerimento ao Sr. Ministro da Fazenda, para que explicasse se tinha sido pago ou não, como teria sido pago e em que condições havia sido pago esse crédito, o Senhor Ministro da Fazenda, julgando que poderia escamotear o pedido de informação, negou-se a dizer claramente que não tinha pago, que não tinha cumprido o Orçamento e que, por isso, o Banco da Amazônia não tem podido, através do FIDAM, cumprir uma das suas metas, dentro da chamada Operação Amazônia.

Então, Sr. Presidente, o que eu desejo, ao comentar a breve instalação do Governo na Capital do meu Estado, é que se levem a sério os problemas que lá serão suscitados; que o Governo não vá apenas coletar dados, receber projetos, reivindicações, que depois, trazidos à Capital da República, irão apenas entulhar as gavetas dos chefes de algumas das repartições e de certas dependências ministeriais. Se é para isso, Sr. Presidente, que o Governo da República não dê esse passo, não lance mais essa dose de descrença no coração do povo amazonense. Se vai, realmente, com o propósito de efetivar aqueles planos objetivos que lhe serão entregues, então, sim, Sua Excelência terá dado um grande passo para a realização de um governo em prol não só da Amazônia, mas do Brasil.

Desejo que assim aconteça, porque, de mim — como disse —, não acredito em resultados práticos, pois outros planos têm sido apresentados e, na realidade, nada se fez. Deve-se debater, aqui, ponto por ponto, dizer o que pode ser executado ou não, incluir no Orçamento os créditos necessários, para que eles não falem na oportunidade da execução desses planos.

Sr. Presidente — agora retornando ao telegrama que li inicialmente —, quero dirigir um apelo ao Ministério da Aeronáutica, para que tome co-

nhecimento do grito que vem da bela cidade de Parintins e determine providências imediatas, a fim de que a Comara, que opera na Região Amazônica, com recursos próprios, com recursos destinados à execução de seus planos, encete, o quanto antes, a adaptação do aeroporto daquela cidade, de tal sorte que possa receber os turbo-hélices que já estão trafegando na região e servindo a algumas das suas cidades.

Sr. Presidente, com estas palavras, quero almejar que o meu Estado receba, realmente, frutos proveitosos, úteis, da ida do Sr. Presidente da República e que os projetos, as reivindicações que lhe serão apresentadas não fiquem apenas no bôjo das conversas, das promessas, mas se tornem realidade, para que a Amazônia seja, realmente, aquela que desejamos, isto é, a força propulsora do grande progresso que almejamos para o nosso País. *(Muito bem! Palmas.)*

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade
Sebastião Archer
Patrônio Portela
Menezes Pimentel
Teotônio Vilela
Arnon de Melo
Eduardo Catalão
Milton Menezes

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais oradores inscritos.

Dever-se-ia passar, agora, à Ordem do Dia.

Estando entretanto as matérias da pauta em fase de votação e não havendo número para deliberação, ficam as mesmas adidas para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 15 de julho de 1968
(Segunda-feira)

1
Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, modificando dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências, tendo pareceres orais:

I — sobre o projeto, das Comissões — de Projetos do Executivo, favorável, nos termos do substitutivo que oferece;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e do substitutivo da C.P.E.;
— de Finanças, favorável ao substitutivo da C.P.E.;

II — sobre o substitutivo de Plenário, das Comissões
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de Projetos do Executivo, favorável;
— de Finanças, favorável.

2
Votação, em turno único, do Requerimento nº 853, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinhilber, solicitando transcrição, nos Anais, do edital de "O Globo", de 27 de junho de 1968.88 8

3
Votação, em turno único, do Requerimento nº 862, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a Economia Nacional no setor da Agro-Indústria Canavieira.

ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1968, ÀS 21 HORAS

Às vinte e uma horas do dia quatro de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente; Adalberto Sena e os Senhores Deputados Pedroso Horta, Brito Velho e Maurício Goulart, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso discriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem como, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Dylton Costa, Manoel Villaga, Raul Giuverti e José Ernirio e os Senhores Deputados Monsenhor Vieira, Magalhães Melo, Manoel Taveira e Wilson Martins.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o Doutor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco e indaga de Sua Senhoria se deseja fazer uma exposição preliminar antes de ser interrogado pelos membros da Comissão. O Professor prefere fazer uma exposição.

Após uma longa exposição oral, o Professor Nelson Chaves é demoradamente interrogado pelos Senhores Parlamentares presentes.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece a presença de Sua Senhoria pelo seu brilhante depoimento, determina que as informações por ele prestadas sejam incorporadas ao processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam anexadas à presente ata para serem publicadas.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO DA ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 1968, ÀS 21 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos; Vice-Presidente: Senador José Ernirio;

Relator: Deputado Pedroso Horta; Relator Substituto: Deputado Brito Velho; e

Depoente: Professor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

ATAS DAS COMISSÕES

Integra do apanhamento taquigráfico referido na Ata

Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões. Sobre a saúde, do uso discriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, às 21 horas, do dia 4 de junho de 1968 (depoimento do Professor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Está presente o Sr. Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco, ao qual agradeço a solicitude com que nos atendeu para os trabalhos da Comissão e indago de V. Sª se deseja fazer uma exposição preliminar, antes de ser interrogado pelos membros da Comissão.

O SR. NELSON CHAVES — Em primeiro lugar, o ponto que se discute é o valor nutritivo do hidrato de carbono, dos açúcares que estão dentro da chave dos hidratos de carbono.

Eu diria que o metabolismo é um só. Não há metabolismo de hidrato de carbono, nem de gorduras, nem de proteínas. São implicados, relacionados numa substância chave que é o ácido perivico (?), que se pode verificar perfeitamente neste esquema, no qual se encontram os três.

Se nós privarmos o animal ou o homem dos hidratos de carbono, aí tem tanta necessidade de hidrato de carbono que passa a fabricar o hidrato de carbono a partir das proteínas ou gorduras. Mesmo os diabéticos, em que se estabelecia um regime altamente rigoroso, com grande formação de hidrato de carbono, nem sempre o consumiam e persistia, portanto, porque havia o neo-glicogênio, isto é, a formação de hidrato de carbono a partir da gordura e da proteína.

Os hidratos de carbono são considerados, pela sua importância calórica, alimentos puramente energéticos e se fala muito em calorias vazias, expressão da qual discordo plenamente, porque não penso que sejam esses hidratos de carbono indispensáveis ao animal e ao homem, pelas seguintes funções: primeira função glicogénica. Se nós privarmos um animal de hidrato de carbono e se privarmos a função glicogénica e hepática, todas as funções se modificam e se alteram, porque o animal, pelas funções: a glicogénica, a hepática etc. O hidrato de carbono são o único energético do músculo mas o principal. É formado a partir do glicogênio e produz não somente calor para o trabalho muscular — também serve para o controle muscular.

O hidrato de carbono é de largo uso para o trabalho muscular. Tanto assim que, nas partidas de futebol, dá-se glicose para os jogadores ou simplesmente sacarose ou, apenas, uma fruta qualquer que tenha glicose. Usa-se assim fazer, também, com os corredores de maratonas, com aqueles que fazem grandes travessias a nado, porque precisam de combustível para os músculos.

Além da função importante para os músculos, o hidrato de carbono é também alimento fundamental para o músculo cardíaco. Isto é uma atividade constante, estamos sempre gastando as reservas, constantemente. Mas se faltar há então deficiências. E o único nutriente da célula nervosa é a glicose. Então a glicose é o alimento básico (glicose e oxigênio) com que se nutrem as células nervosas.

Tem-se mostrado que o consumo da glicose no cérebro é muito maior

por peso, do que em qualquer outra parte do organismo que tem outras fontes de energia. O coração tem outras fontes de energia mas a glicose não. A sua atividade depende exclusivamente do hidrato de carbono. Tanto assim que quando o indivíduo está hipoglicêmico, em hipoglicemia há irritabilidade, esta se acentua, há convulsão e até coma. E o meio de tratar certas doenças nervosas, pelo coma glicêmico, vem a desorganizar, às vezes, células nervosas.

E essa desorganização funcional é muito acentuada podendo até não haver recuperação. De modo que a célula nervosa não suporta por muito tempo a deficiência de glicose. Se faz uma hipoglicemia para tratamento de doença mental, de célula nervosa que se ultrapasse muito os limites da tolerância, então há irreversibilidade.

E a expressão "dá água com açúcar para acalmar" é uma expressão válida para dormir e para acalmar. Mas ainda, então, por isso, não podemos falar só de alimentos puramente energéticos e se nega a ação plástica do hidrato de carbono. Hoje, estudos recentes demonstram que não, que as pentoses fazem parte dos ácidos nucleicos. Ácidos nucleicos esses que participam, integram os genes e por consequência, participam do patrimônio hereditário e têm importância extraordinária no metabolismo, inclusive na síntese de proteínas.

De modo que, conhecendo a significação dos ácidos nucleicos e a pentose, que é hidrato de carbono fazendo parte do ácido nucleico, verificamos que tem sua função plástica.

Estudos recentes que deram margem, inclusive, a um grande simpósio do qual participaram vários médicos, demonstraram que havia uma relação entre aprendizagem no animal e no homem e a concentração de ácido nucleico nos neurônios. De sorte que, toda vez que se estimulam os neurônios, aumenta a concentração de ácido nucleico. No fenômeno de aprendizagem esse fato se observa, de modo que o meu ponto de vista é de que os hidratos de carbono são necessários ao homem, são indispensáveis a um só metabolismo implicado.

As gorduras são utilizadas de acordo com os hidratos de carbono e as proteínas também. Se nós restringirmos como fonte energética o hidrato de carbono de uma dieta, então, verificaremos que as proteínas, as moléculas resistentes, proteicas, são quebradas na neoglicogénese para satisfazer a necessidade energética, calórica, que é necessidade básica, fundamental, para manter uma temperatura interna indispensável à vida das calorias.

Então, vão ser queimadas as gorduras e também as proteínas e essas queima das proteínas pode gerar uma deficiência proteica, porque as proteínas deixam de cumprir funções específicas, para dar energia, uma vez que faltaram os hidratos de carbono.

Esta é a idéia que tenho e desde o início, sempre que se procurou estabelecer as dietas-abalancadas, o hidrato de carbono utilizava a glicose. A levalose é apenas isto, veículo seminal, é o alimento do espermatozoide. Não se sabe ainda, certamente, porque não a glicose é sim a levalose é que nutre o espermatozoide. Tanto que na castração, ou na deficiência testicular vem-se tratando com o hormônio masculino e coadjuvado pela levalose. De um modo geral é a glicose. E a glicose chega ao organismo através das frutas ou através sob a forma de levalose.

Pouco importa a forma do hidrato de carbono. É consumido sob a forma de sacarose ou de pó de amido.

Um outro aspecto que se discute é o de que o hidrato de carbono é o responsável pela arteriosclerose. Sabemos que é o maior problema da saúde pública nos países mais desenvolvidos. Temos uma publicação esclarecendo que de 30.00 jovens americanos que morreram na Coreia, na idade de 19 a 21 anos, revelaram lesões nas coronárias, numa base de 77,3%. Isto passa a ser um problema extraordinário. A primeira idéia que se teve era a de que a arteriosclerose era devida à gordura de modo geral. Em termos de gordura já se discutia sobre gorduras saturadas e gorduras não saturadas, gorduras vegetais ou gorduras animais, houve a etapa das gorduras vegetais que não eram heterogêneas, enquanto as animais eram, mas depois se verificou que algumas gorduras animais eram ricas em ácido graxo e saturadas e as gorduras vegetais eram ao contrário, saturadas como a gordura de coco, de modo que esta coisa saiu de cena, e as opiniões voltaram-se para a questão de insaturação ou saturação.

Foi observado que, nos países da Europa, onde se come muito peixe, e as gorduras dos peixes, de modo geral, são ricas em ácidos graxos, era menor a incidência de arteriosclerose. Passou-se a dar valor extraordinário aos ácidos graxos saturados, o que é lógico, pois eles absorvem bem e neste metabolismo são quase sempre todos utilizados.

Depois se verificou que, além desta polissaturação, tinha importância a existência do ácido linoleico, daí o valor do açafrão, o valor do milho e de outros vegetais que são ricos nestes ácidos graxos. Chegaram até ao ponto de admitir que esses ácidos arrastam o colesterol. Não é verdade, eles se absorvem bem, são mais metabolizados porque têm duplas ligações, e se depositam menos, tanto que gorduras saturadas, para serem utilizadas, levam tempo e têm a tendência a depositar. Então, veio esta etapa, que foi ultrapassado e verificou-se que o mais importante eram os ácidos graxos insaturados.

Depois veio a idéia e, consequentemente, vários trabalhos sobre hidrato de carbono, demonstrando que a gordura não tinha importância alguma, que o importante era o hidrato de carbono e, sobretudo, a sacarose. Inclusive há um trabalho de Kendall, dizendo o seguinte: era importante a modalidade de dar o hidrato de carbono mais do que a qualidade do hidrato de carbono.

Se se dá o hidrato de carbono, sob a forma de sacarose ou de glicose, esse hidrato de carbono entra no sangue rapidamente, estimula logo a secreção de insulina pelo pâncreas e é metabolizado. Cai a glicemia e cai o teor insulino. Essa queda de insulina e de glicemia prejudica a nutrição das células das paredes vasculares — coronárias e, especialmente, da aorta.

Se os hidratos de carbono forem dados em grão, são então absorvidos lentamente a mantêm um nível de glicemia no sangue e estimulam permanentemente a secreção de insulina.

Diz, ainda Kendall, concluindo, que o açúcar seria nocivo e o hidrato de carbono, sob outras formas de grão, o trabalho de Kendall, verifica-se que ele se baseou puramente em hipóteses. Não há dosagem de sangue, de insulina, de glicose constantemente, para saber se existe o que ele diz. Não há referência à ingestão.

Diz ainda o seguinte: é preciso que o metabolismo de glicose coincida com o metabolismo das gorduras, pois que as gorduras são absorvidas mais lentamente. De modo que o açúcar é utilizado primeiramente e as gorduras depois.

Achei aquilo tudo muito confuso, e sem uma apreciação, do ponto de vista fisiológico, e sem uma análise

rão vi como isso poderia ser apresentado.

Diz ele ainda que os povos subdesenvolvidos, de um modo geral, nutrem-se de hidratos de carbono e de amido.

Sabemos que os países desenvolvidos têm a sua cota calórica equilibrada, mas que, nos países subdesenvolvidos, os habitantes são predominantemente comedores de hidratos de carbono, têm cota de proteína baixa e cota de gordura também baixa. Mas isso não é verdade porque, num inquérito realizado, aliás por um grupo de 14 cientistas americanos, no Nordeste brasileiro chegou-se à conclusão de que a cota calórica total era quase toda ela, 30%, constituída por açúcar.

Sabemos que o mal é, talvez, mais antigo de que o cultivo do solo. Maurício, num livro muito interessante, diz que a abelha foi o primeiro animal domesticado antes de qualquer outro. Nesse livro há a referência da utilização do mel desde o século XIV, XV ou XVI. Os indígenas usavam ou tomavam muito mel e surgiram as bebidas fermentadas a partir do mel.

Há um trabalho histórico de Maurício, muito bom, sobre vegetais, em que ele verifica que este uso do açúcar e do mel vem de muito tempo.

Meu ponto-de-vista, minha impressão — escrevi sobre arteriosclerose quatro trabalhos, um experimental e três de ordem geral — é que não importa muito a qualidade do alimento, depende, sim, da quantidade de calorias ingeridas e que são guardadas, quer seja gordura ou hidrato de carbono. Se for gordura, tanto melhor, mas mesmo os indivíduos que têm trabalho contínuo podem comer gordura.

Inquérito feito na Inglaterra revela que, entre os carteiros, há baixa incidência de arteriosclerose. Os povos que usam a bicicleta também acusam pouca incidência de arteriosclerose. Tenho fotografia do Prof. Pidge, com o Prof. White, que foi um dos mais famosos cardiologistas franceses, de bicicleta. White, com mais de setenta anos, ia e voltava da sua clínica, de bicicleta, e receitava aos seus clientes de doenças de coração, de bicicleta.

Então, o esforço físico não é causa para maior incidência de arteriosclerose.

Surgiu o problema do esquimó. A respeito do esquimó, muito se discutiu. O esquimó, que se dizia com muita gordura, não tem arteriosclerose. Mas os fatos revelam que o esquimó antigo tinha grande incidência de arteriosclerose e o esquimó tem média de vida muito baixa — entre 17 a 19 anos, de modo que o estudo não abrangia pessoas com idade para contrair arteriosclerose.

E muita gordura, também — é lembrado isso. Que o esquimó usa muita carne de baleia, de que tira bastante gordura, e de foca. Há um processo para isso. Esses animais têm mais gordura debaixo da pele. Elas usam mais o músculo. A quantidade é relativamente pequena.

No importante inquérito publicado pelo grupo americano que fez estudo, em várias partes, nos esquimós — e eu tenho a documentação — encontraram uma média de 32% da cota calórica em gordura, quando o norte-americano chega a 40% ou até mais.

De modo que o esquimó não tem essa ingestão tão forte de gordura.

Outro aspecto a considerar é o consumo calórico, que pode ser ou por trabalho muscular ou pelo clima. Se a temperatura ambiente é baixa, pede-se muito calor; há necessidade de aumentar a termogênese. Um clima frio é tanto ou quanto um esforço muscular. Um esquimó, quando está do lado de fora, tem grande ingestão calórica: mas ele tem que ingerir muitas calorias, hidratos de carbono, porque tem de gerar sempre

calor, uma vez que o está perdendo constantemente; do contrário, se resfriaria e morre. Tanto que o mesmo esquimó, que tem cota calórica alta quando está do lado de fora, tem essa cota calórica tropical, quando no período de hibernação, em que vive deitado, as mulheres em menorria e os homens em completa frieza sexual; as mulheres, também, em suas cabanas, aquecidas com sebo de baleia. E os homens comem baleia.

Então, os estudos revelaram que eles tinham ingestão calórica quase tropical.

De modo que verifiquei todos esses fatos quando fiz essa revisão, e tive a impressão de que não havia essa relação tão grande com a qualidade do alimento para a arteriosclerose, sendo mais nociva a gordura saturada.

Qualquer excesso pode elevar o colesterol sanguíneo e, então, as artérias com aquele excesso captam um pouco mais. Há, também, a ritmia alta que encurta o tempo de coagulação, tendência à formação de trombo e qualquer irritação que as duas teorias para a arteriosclerose, uma que ela capta, e esta é a principal, e outra que as artérias sintetizam o colesterol.

No meu modo de ver e a opinião que tive de vários autores é que essas duas teorias são antagônicas, elas se convergem.

Então, se há um processo inflamatório, então a arteriosclerose ou arteroma é mais fácil. Mas, a arteriosclerose precoce é um fator nutricional só? A meu ver não. A meu ver — e estou convencido disso — o fator principal é o stress emocional. Também o fumo provoca uma espécie de stress emocional, por três mecanismos: primeiro, uma emoção chegando ao hipotálamo sai do simpático afora — pelos canais do simpático, descarta ali a adrenalina, hipertensão arterial, e a pressão sobe.

Se nós, constantemente, temos dois tubos de borraça e, num deles variamos a pressão 20 vezes ao dia e no outro 200 vezes, o de 200 se desgasta primeiro. Então, essas oscilações da pressão provocam o desgaste arterial ali para provocar, para captar aquele excesso de lipídeos que tinha por lá. Esta é uma interpretação. Uma outra que li há muito tempo, foi dada por um homem já falecido e que foi meu mestre, Gregório Maarnhã e que depois vi dito experimentalmente, que a emoção faz elevar o teor de colesterol no sangue. Isto já foi demonstrado experimentalmente; então, era o outro caminho. E ainda mais dois outros, são os seguintes: essa elevação, esse stress emocional no (palavra incompreensível) encefalo, lá numa parte que não foi bem localizada, é secretado um hormônio, a aglomerotrofina — aglomerotrofina excita uma parte do córtex renal, que secreta a aldosterona retém o sódio, então esta retenção do sódio implica na retenção de água, aumenta a uremia, sendo mais um fator. Um outro fator ainda, que é a mesma adrenalina que eleva a glicemia e que faz esse desgaste dos vasos, essa mesma adrenalina mobiliza os tecidos serideos do depósito de gordura e leva para o sangue. Então ele dá o desgaste dos vasos pela (palavra incompreensível) e ela dá a matéria-prima para se depositar, que ela dá o colesterol, a emoção, dá os tecidos serideos em excesso.

Como nós vivemos numa época, num mundo que pode ser chamado de "mundo cão", em que homem vive debaixo de competição tremenda, de stress, de lutas, de guerras, de revoluções e preocupações, de elevadores, de aviões, etc. Por exemplo, na Suécia demonstrou-se que, entre os tripulantes e aviadores da SAS, daquela companhia escandinava, com duas horas e meia de voo, a tripulação e os aviadores que diziam não estavam emocionados, tinha teo-

res altos de adrenalina no sangue e na urina.

De modo que vivemos isto; então é isto o grande fator da arteriosclerose precoce, e não propriamente a gordura. Então, quer dizer, qualquer que seja a fonte, quer seja hidrato de carbono sob a forma de sacarose, quer seja o hidrato de carbono, vindo do amido, do milho, da mandioca, quer a gordura satura, quer a gordura insaturada, elas, dado o excesso, além das necessidades energéticas, elas vão se depositar. Agora, a restrição do açúcar há classe que precisa de restrição. O diabético claro, tem restrição do açúcar. O indivíduo que tem vida sedentária tem restrição de uma cota calórica, proporcional ao seu gasto calórico. Não pode ter uma ingestão calórica supérflua porque o supérfluo vai se depositar em qualquer parte. Então estes têm de fazer a restrição. Mas a restrição não pode ser total porque ele é o nutriente necessário para célula nervosa e tem o desarranjo metabólico (e o metabolismo é um só); há o ácido perúvico e que reúne o metabolismo em proteínas, gorduras, hidrato de carbono. Não se pode mais falar, assim, de três metabolismos em separado. De modo que é esta a ideia. Agora, se nós restringirmos no Brasil, verificamos que há um déficit calórico em todo o Brasil, um no norte brasileiro que é extraordinário.

Quando nós fazemos esses estudos, e fizemos alguns recentemente, não acreditamos. Pensamos que é mentira de nossos dados apesar da segurança com que eles foram feitos e mentira da metodologia empregada. Mas depois, vemos que outros têm encontrado isso, porque temos encontrado restrições, cotas calóricas abaixo do metabolismo basal. E por que o homem vive? Vive por um fenômeno muito simples ou muito complexo que é a adaptação metabólica.

Então, o homem, na adaptação metabólica, foge um pouco do trabalho, no Nordeste, em vez de uma média semanal de 7, 8 horas ele dá 4, na cana de açúcar. Esse se encosta sempre um pouco. Depois, ele é pequeno, então, leva uma vantagem para essa adaptação metabólica, e depois fazem os níveis.

Nós mesmos já fizemos experimentalmente isto em ratos. Verificamos que, ratos em que mandei suspender a experiência porque eles iam morrer, a nutricionista insistiu mais alguns dias e co maquela mesma alimentação, eles se arrumaram, se ajeitaram e passaram a viver razoavelmente. Não cresceram bem, mas se arrajaram e em virtude disso é que eles se mantêm, mas há um déficit calórico em torno de 50%. Nós não podemos restringir um hidrato de carbono, que é caloria mais barata.

Eu também, como disse anteriormente, não aceito essa afirmativa de que se trata de calorias vazias, acho que é imprescindível o hidrato de carbono, o açúcar é necessário. Excesso, até água, há uma prova de laboratório de Fisiologia em que se intoxica um cão com água. De modo que todo excesso deve ser evitado. Este é o meu ponto de vista em relação aos hidratos de carbono.

Agora, estou pronto para responder a qualquer pergunta e prestar qualquer esclarecimento a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Tem a palavra o Relator, Deputado Pedroso Horta.

O SR. DEPUTADO PEDROSO MORTA (Relator) — Professor Nelson Chaves, o senhor sabe que a nossa Comissão de Inquérito tem por objetivo direto e imediato o uso dos edulcorantes artificiais. Qual a origem dos adoçantes sintéticos?

O SR. NELSON CHAVES — A origem propriamente não posso dizer. São produtos sintetizados. Talvez da hulha. Não posso afirmar seguran-

te qual a procedência exata porque acredito que possam ser preparadas de várias moléculas. A meu ver não tem importância essa origem, biologicamente. Hoje pode-se preparar proteínas a partir do petróleo. Esses edulcorantes podem ser sintetizados de várias substâncias, mas a notícia mais exata que se tem é a de que são provenientes da hulha.

O SR. DEPUTADO PEDROSO MORTA (Relator) — Qual a contribuição da indústria nacional na produção de matérias-primas para adoçantes sintéticos?

O SR. NELSON CHAVES — Tenho a impressão de que esses adoçantes sintéticos são importantes.

Não posso assegurar que sejam fabricados no Brasil creio que eles vêm de fora.

O SR. DEPUTADO PEDROSO MORTA (Relator) — De onde?

O SR. NELSON CHAVES — Dos Estados Unidos uma grande parte e também dos grandes países industriais como Alemanha e Japão.

O SR. DEPUTADO PEDROSO MORTA (Relator) — V. S.^a conhece empresas que comercializem esses adoçantes sintéticos?

O SR. NELSON CHAVES — Aqui no Brasil nós temos a DIETRICIA com o Distil, os outros não sei onde são fabricados. Nunca me preocupe. De modo que não sei a origem. A matéria prima, quase toda vem de fora, não posso garantir.

O SR. DEPUTADO PEDROSO MORTA (Relator) — Sobre adoçantes nós já ouvimos, aqui, várias aulas de grande proveito, inclusive o Deputado Brito Veijo, que não precisava delas. Ouvimos nestas aulas várias distinções entre sacarina e ciclamato, são apontados como produtos inócuos, teriam valor meramente gustativo, não acrescentariam nada, não deixariam resíduos, nem subtraíam nada do organismo humano. Entretanto, eu encontro sempre certa dificuldade em conseguir informações sobre a dulcina ou dulcin, que teve vida comercial, longa e legítima, em vários países do mundo, principalmente no Japão.

Poderia V. S.^a dar informações a respeito?

O SR. NELSON CHAVES — Hoje — creio — não se está usando mais a dulcina. Foi proscrita, por se ter revelado tóxica.

O SR. DEPUTADO PEDROSO MORTA (Relator) — Durante quantos anos?

O SR. NELSON CHAVES — Não sei dizer, mas foi preciso muitos anos para afastá-la do comércio. Aliás, são comuns casos desta espécie. Temos vários exemplos na história, como o da talidomida, usada pelas mulheres grávidas, pelas gestantes. Depois foi surpresa. Acredito que a Saúde Pública vai ainda eliminar diversos produtos durante muito tempo, não só por serem tóxicos, mas por questão de dose, caso da vitamina tiamicida. Deve-se usar meio miligrama por cada mil calorias. Então, um homem precisaria de 3 mil calorias, um e meio miligrama. Não há no comércio nenhuma ampola, nenhum comprimido com 100 miligramas. Então, resolve só para quem vende, só. Se há malefício, o organismo tira o que precisa do excesso e transformada hipercaloria de carbono em gordura, depositada no fígado e o resto sai.

De modo que só interessa a quem vende. Mas só se usa isso.

A bula vale, hoje, muito mais do que o que o estudante aprende na Faculdade de Medicina. Infelizmente, é isso que acontece o que irá até provocar, dentro de pouco tempo, um problema sério, por exemplo, nos ambulatórios.

Houve, como já foi dito, o caso da dulcina que, depois de algum tempo, é que se revelou tóxica, o que já não

ocorre com a sacarina e os ciclamatos de sódio e de cálcio.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Durante esse período todo em que teve a sua comercialização autorizada a sua venda foi permitida.

Pensavam, pergunto então, os cientistas que não havia evidência de que ela fosse tóxica?

O SR. NELSON CHAVES. — Não pensavam porque, inclusive, não tinha, naturalmente, sido feito um estudo sistemático, experimental, como deve ser feito para se afirmar se um produto é tóxico ou não. Sabemos, também, que o mundo é dirigido muito pela propaganda. No interesse da comercialização tudo sobrepassa. De modo que isso é um fato comum! Houve, por exemplo, o caso do pão, que foi usado durante mais de 20 anos. Usava-se uma substância pleptogênica para clarificar o pão, e todos o comiam. Depois se verificou o caso de pessoas que tinham crises convulsivas em virtude da ingestão do pão. Foi-se verificar experimentalmente e se tirou aquela substância clarificadora. De modo que aconteceu com a dulcina o mesmo fato.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Professor, a que atribui V. S. a transferência dos adoçantes artificiais, da categoria de produtos farmacêuticos para a de produtos dietéticos?

O SR. NELSON CHAVES. — A impressão que eu tenho, à preocupação de não engordar, à guerra que se fez contra o aumento de peso, de certo modo justa, em certa idade, e às afirmativas de causar o açúcar a arteriosclerose. De modo há esses dois fatores, um a preocupação da elegância, e outro como a profilaxia da arteriosclerose, pois que é um problema médico-social sério, um grande problema de saúde pública, sobretudo nos países de nível econômico mais alto, onde a incidência é maior. Então, daí surgiu a substituição do açúcar por uma substância que dá o sabor do açúcar, historicamente o homem é um comedor de doces — dá o sabor e, acreditando-se que dando aquele mesmo sabor, não trazia os malefícios que trazia, por exemplo, o açúcar, que era tido como uma arteriosclerosante e como o produtor da obesidade e da falta de elegância.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Professor, existe um censo das pessoas diabéticas no Brasil?

O SR. NELSON CHAVES. — Um censo, não posso afirmar. Hoje, não faço clínica. Meus clientes, hoje, são mais gatos, ratos, preguiças... Há muito tempo estou afastado, não posso afirmar. Sei que, em São Paulo, o Professor Gandra está fazendo um estudo, sobre o Estado de São Paulo. Mas acredito que de modo geral não existe.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Mesmo em São Paulo, não existe.

O SR. NELSON CHAVES. — Em Pernambuco, posso garantir que não existe. E em nenhum Estado do Nordeste.

Não sei se no Rio existe. Acredito que no extremo Sul, também. Creio que não.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Professor V. S. sabe que estes edulcorantes sintéticos além da sua utilização no nosso café e no nosso chá estão sendo empregados agora na composição de produtos alimentícios inclusive de refrigerantes.

O SR. NELSON CHAVES. — É. Pois não!

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — E são postos ao alcance das crianças dos jovens e dos idosos para não falar nos obesos ou nos que têm tendência para a obe-

sidade e para não falar nos diabéticos.

Reputa V. S. esses adoçantes artificiais empregados indiscriminadamente em todas as idades e em todos os tipos físicos em que se conformam as nossas comunidades um processo útil? Considera útil?

O SR. NELSON CHAVES. — Não. Eu penso o seguinte: em primeiro lugar há ainda controvérsias e trabalhos experimentais embora contraditórios. Uns afirmando por exemplo que o ciclamato se elimina totalmente e não deixa resíduos malefícios. Mas há trabalhos experimentais revelando lesões testiculares em ratos lesões arteriais é verdade que em doses maiores. E o trabalho do japonês Tanaka em ratos em que ele verificou que a dulcina, a sacarina e o ciclamato sobretudo quando administrados em doses mais altas nos primeiros dias da gestação no 4º ou 6º dia há abortamento e natimortalidade. Em doses mais altas não conseguiram nem encontrar os fetos.

De modo que há estudos a respeito. Há contudo autores outros que negam isso e nós nos pautamos nos trabalhos experimentais que são diversos com algumas discrepâncias quanto às doses. Uns utilizam doses altas e outros doses menores mas de qualquer maneira, se há experiência revelando qualquer alteração nesse sentido, acho que não deveria ser empregado pelas gestantes. Só em casos excepcionais, uma vez ou outra, eu em casos de indicação médica rigorosa, mas, com cautela, até que se esclareça, experimentalmente, se é ou não nocivo. Não posso afirmar que o seja. Eu mesmo reuni alguns trabalhos, uns são trabalhos experimentais contraditórios, mas, em ciência há muita dúvida e, quando há dúvida, é melhor não afirmar.

Tenho a impressão de que é necessário fazerem-se estudos sistemáticos em laboratórios sobre esses efeitos dos ciclamatos.

Os jovens precisam de hidrato de carbono, sobretudo as crianças que têm atividade muscular. Acho que essa substância deve ser dada aos diabéticos ou aquelas pessoas que fazem sua profilaxia da obesidade, mas sem excesso.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Tivemos a oportunidade de ouvir nesta Comissão o Professor Benjamin Albargio que nos forneceu alguns dados que chamaram a atenção. Diz ele aqui:

"Os animais de experimentação — os ratos ingerindo dez por cento de ciclamatos, consumiram, na alimentação, igual valor percentual acima dos controles. Apesar desta compensação calórica, os animais cresceram vinte e trinta por cento menos que os controles. Ainda que não se houvesse observado efeito tóxico, a perda de peso foi em distúrbios em absorção. O mesmo ocorreu nos animais alimentados com cinco por cento de ciclamatos. Os grupos, cinco e dez, não apresentaram distúrbios aparentes de saúde, durante vinte e um dias, e no último dia, os ratos em controle apresentavam uma proporção em ciclamato de 5, e 10% passaram, respectivamente a 52, 45 e 32 gramas. Os ratos puderam se reproduzir mas as ninhadas não sobreviveram mais de cinco dias."

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Eu conheço esse trabalho.

O SR. NELSON CHAVES. — E está de acordo com ele.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Em relação ao trabalho efetuado sim. Mas quanto ao experimentador não muito. Porque o trabalho foi experimentado, observado não só no comportamento de ratos, como no comportamento de animais com mais alta dose de ciclamatos.

Gostaria também, Professor, de saber o que o Sr. acha das pessoas que não são diabéticas e que procuram substituir o açúcar pelos adoçantes?

O SR. NELSON CHAVES. — Tenho a impressão de que isso é mais uma propaganda. Há o medo de criar colesterol; o pavor do colesterol a ponto de se utilizarem substâncias que podem acarretar males, porque o colesterol é a substância que vai influenciar fortemente o organismo. De modo que criou-se esse pânico, então, esse medo de engordar, medo de ter arteriosclerose, etc.

Daí, então, o uso exagerado de adoçantes.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Eu tinha redigido aqui, um questionário, mas fico com a impressão de que o Senhor já respondeu a maior parte das minhas curiosidades.

Eu perguntava se o açúcar tem alguma função no trabalho muscular. O Sr. me respondeu que sim. Eu perguntava se o açúcar tem função energética, o Sr. já me respondeu que sim.

Eu perguntava se o uso do açúcar é necessário para utilização das gorduras e proteínas. O Sr. respondeu que sim.

Eu perguntava se é possível substituir totalmente os hidratos de carbono da dieta, por gorduras ou proteínas para função energética. O Sr. respondeu que não.

Eu perguntava se o açúcar tem papel na fisiologia da célula nervosa e nas atividades nervosas, de um modo geral. A resposta foi que sim.

Se o açúcar tem papel importante na função hepática. O Sr. respondeu que sim.

Sobre a minha oitava pergunta o Sr. se alongou doutamente. Indagava eu nela, se o uso do açúcar é capaz de produzir arteriosclerose.

O SR. NELSON CHAVES. — Só em excesso; dentro das normas gerais, dos padrões normais, creio que não.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Professor, como acha o Senhor que esses edulcorantes artificiais devam ser vendidos, nas farmácias ou indiscriminadamente, nos empórios, nas confeitarias?

O SR. NELSON CHAVES. — Podem ser vendidos indiscriminadamente mas, acho que deveria haver um esclarecimento de que o produto não é sucedâneo do açúcar, que em nada contribui para a alimentação. E devemos acabar com esse terror pânico das calorias. Costumemente encontramos produtos que dizem: não contém calorias. Acho que a propaganda vem dominando, vale mais a bula que o que se ensina nas escolas, é a moda. Hoje se encontram nas mercearias, estão na moda, bolos, geleias, sorvetes à base desses produtos. Acho que é falta de esclarecimento.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator). — Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito e eu me privo de prosseguir nesse diálogo para compensar a Comissão com a palavra do Sr. Deputado Brito Velho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos). — Tem a palavra o Sr. Deputado Brito Velho.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator Substituto). — Preliminarmente, quero declarar a imensa satisfação que tive em conhecer pessoalmente o Professor Nelson Chaves. O senhor sabe que não apenas o conhecia como admirava por seus trabalhos de alta envergadura científica. O senhor é meu professor, sem o saber, vai por 30 anos. Um dos primeiros trabalhos que li foi sobre tireoide e, naquela época, eu estava preocupado com o problema de endocrinologia e devo confessar a V. Exa. que muito aprendi naquela monografia, é um opúsculo muito rico em ensinamentos.

Depois tive a felicidade de ver alguns trabalhos seus referentes a arteriosclerose e agradeço-me muito esta visão que V. S. tem com referência ao problema.

V. S. não admite uma causa única, V. S. defende uma constelação de causas, e esta está exatamente na linha de toda a Medicina moderna. Destacou muito bem que não há metabolismo, mas que há um metabolismo e todos vinculados exatamente numa substância que tenha sido objeto de uma série de considerações de outro eminente Professor, o Professor Pondé. Refiro-me ao ácido pirúrgico.

Eu, que há alguns dias tentava dar explicações de bioquímica ao nosso eminente companheiro Deputado Maurício Goulart, ainda não tinha chegado ao ácido pirúrgico, mas iremos até lá nos próximos dias.

Achei muito valiosa sua crítica porque, realmente, ela coincide com o que eu venho fazendo há algum tempo referentemente à possível ação aterogênica dos hidratos de carbono, porque, apresentado como é, o assunto tem certo sabor de mistério e um tanto estranha a maneira como são apresentados os trabalhos. Hoje à tarde chamava a atenção para o fato, porque não há experimentação. Laboratório algum jamais tentou realizar a arteriosclerose com ingestão superabundante de hidrato de carbono. O mesmo não vale para as gorduras.

Lembra-se V. S. muito bem da massa de experiências que se fez no passado, tentando-se produzir quadros idênticos ou, pelo menos, semelhantes ao da arteriosclerose humana em certos animais que habitualmente não apresentam arteriosclerose.

Esta posição de crítica agradeço-me sobremaneira.

Parace-me V. S. pôr o dedo no que há de essencial no assunto. Agradeço-me muito ouvir o comentário de V. S. em relação às chamadas calorias vazias.

Diz, ex. há três ou quatro dias, a outro depoente que um professor de Termodinâmica ficaria espantado em ouvir falar em calorias vazias. Não há sentido algum, não significa coisa alguma. São expressões que vamos usando, vamos repetindo, mas que não têm significado algum. A rigor nem poderiam ser cheias nem vazias. São calorias.

Mostrou mais V. S. que apesar de não contribuírem as calorias diretamente para a gênese da proteína, realmente influem, interferem numa série de mecanismos que levam à síntese proteica, porque, sendo a síntese da proteína uma reação de tipo endotérmica, a partir dos ácidos aminados, não seria possível sintetizar se algum gasto não se fizesse. De maneira que uma série de considerações nessa mesma linha poderia ser feita.

Ainda também me agradeço muito ouvir — e assim V. S. pode verificar como acompanhei atentamente a exposição feita por V. S. a referência à hipoglicemia.

Nós que exercemos a clínica sabemos dos danos, e dos gravíssimos danos, que podem advir da hipoglicemia, acentuada e prolongada e ainda mais, o fato de que a hipoglicemia pode causar até modificação de comportamento. O seu mestre Marçônio escreveu uma das mais belas páginas a respeito. Chamou a atenção para esse fato curioso: crianças com comportamento relativamente bom, na última hora, especialmente na hora que habitualmente antecede a refeição, tornavam-se irritadiças, inquietas. Examinadas algumas delas verificou-se que havia um certo grau de hipoglicemia, e que se se adocasse a boca — expressão popular — se se fizesse a criança ingerir glicose a disciplina melhorava, inclusive, na escola.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART. — Já está explicado, en-

tão, o estado irritadido de muitas pessoas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Parece que também soufrido disso, tanto que algumas irritações minhas são contidas com grande facilidade através de uma pausa.

Verificamos, assim, Professor Nelson Chaves, que quando usamos a expressão popular "adoçar a boca" de alguém, está ela correntemente empregada, porque tem um fundamento real, pois que muitas vezes as irritações e a agressividade podem estar vinculadas à baixa taxa de glicose no sangue.

Professor Nelson Chaves, V. Sa. fez um apanhado também referente ao que se sabe, hoje em dia, do ponto de vista da experimentação, referentemente aos edulcorantes sintéticos atualmente usados. Retiro-me à sacarina e ao ciclamado de sódio e de cálcio. V. Ex.^a mostrou que há algumas experiências que, primeiro, merecem ser repetidas e, em segundo lugar, experiências que nos devem pôr de sobre-aviso, pelo menos para certas fases da vida, especialmente, da melhor.

Foi já exposto aqui, não com tanta clareza, mas suficiente clareza: chamamos-se a atenção para esses dois fatos, quais sejam — a necessidade de continuarem as experiências e de ser prudente no uso dos edulcorantes na mulher, em fase gestacional. Exatamente porque, se não é certo que se possa transportar para o plano humano tudo o que se verifica no rato, também certo é que, muitas vezes, há coincidência no homem. É uma atitude de prudência, que a Ciência está constantemente a sugerir.

Quanto às dificuldades levantadas contra a dulcina, já são de outra natureza, porque, realmente, depois de alertados os cientistas, especialmente os médicos, para a ação moribiginética e altamente moribiginética, da dulcina, desenvolveram-se muitas experiências no que diz com a sacarina e com os ciclamatos. E lesão grosseira, pelo menos, não tem sido encontrada, a menos que, como referiu V. Ex.^a, sejam usadas doses muito elevadas.

O Prof. Albagil chamou a atenção para o seguinte: quando as doses administradas aos ratos eram relativamente pequenas, se correspondiam mais ou menos aquelas quantidades que são usadas pelo homem no adoçamento dos alimentos, não surgiam distúrbios. Quando, porém, se atinge, por exemplo, 6 a 10%, então, todos aqueles estudos particularmente referentes ao crescimento e à maturidade do indivíduo e quanto ao abortamento das fêmeas grávidas.

Dai, aquela lição que podemos tirar. Da prudência a que se referiu com tanta sabedoria V. Sa.

E distaco essas observações de V. Sa. porque V. Sa. ainda disse, há alguns instantes, que não exercita clínica mas sendo um fisiólogo dos mais renomados neste País, não deixou de ter alta sensibilidade pública.

V. Sa. sabe valorizar o organismo da pessoa humana e, por isso, aconselho muito cuidado toda vez que se usar alguma coisa que não esteja definitivamente esclarecida com referência ao seu mecanismo de ação. Porque de todas as propriedades desses edulcorantes, conhecemos apenas uma propriedade farmacodinâmica, qual seja a de sensibilizar as papilas gustativas. Só sabemos isso. Parece que atravessa o organismo e que é eliminado. Mas eu não tenho notícia de estudos sobre a depuração renal desse edulcorante. V. Ex.^a viu alguma referência sobre o assunto? Um assunto que devia ser levantado em pacientes com insuficiência renal crônica, por exemplo, como se comportam essas substâncias no organismo que não é capaz de depurar, através de emunatório natural que é o rim. É assunto

que não está ainda devidamente esclarecido, pelo menos todos os que foram interrogados aqui não souberam fornecer nenhum elemento quanto à depuração renal dessas substâncias ou desses edulcorantes, coisa que era importante, pois num rim inteiro, a depuração é uma e, quem me diz que um indivíduo com rim inteiro, refratário crônica em fase avançada, ou com nefro-esclerose avançada não tem depuração insuficiente com o benéfico acúmulo dessas substâncias no organismo e mais daí daí daí?

Não seria de espantar que as mesmas taxas aplicadas a um indivíduo normal, que elimina com facilidade a substância, pudessem vir a realizar alguma ação tóxica que causaria ao organismo, em virtude de depuração renal insuficiente.

É assunto que está exigindo evidentemente pesquisas. Eu, ainda esta tarde, conversando com alguns representantes de Pernambuco, dirigentes de cooperativas, perguntei se as cooperativas não estavam dispostas a auxiliar a pesquisa nesse sentido e o ilustre representante de Pernambuco disse que evidentemente não estavam fora de cogitação das cooperativas, pelo menos, a Cooperativa Pernambucana, de auxiliar, como estão fazendo, os grandes produtores de açúcar nos Estados Unidos, auxiliando o departamento de fisiologia ou de farmacologia nas universidades norte-americanas para que possam esclarecer este assunto. E é bem possível que, dentro de algum tempo, V. Sa. em seu serviço, venha a ter substancial ajuda, no sentido de que V. Sa. com os seus colaboradores, venham a investigar assuntos desta natureza.

Sr. Professor: peço licença para retomar o assunto que já foi abordado pelo meu eminente colega, quando interrogado: se há indicações, evidentemente para edulcorantes indicações razoáveis sobre obesidade, diabetes, enfim pequena indicação autenticamente científica para uso de edulcorantes. Se de todo não está esclarecida, não pareceria a V. Sa. que de melhor alívio seria que substâncias tais não fossem vendidas no comércio geral, mas que fossem vendidas mesmo receita médica, nas farmácias?

É uma pergunta que eu gostaria de saber a resposta.

O SR. NELSON CHAVES — É uma pergunta difícil de responder porque é muito objetiva.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E devo dizer a V. Ex.^a que não tenho opinião formada sobre o assunto.

O SR. NELSON CHAVES — O que foi feito era apenas um trabalho experimental. Desde que V. Sa. falou que as Cooperativas de Pernambuco estavam interessadas nisso vamos nos propor a indicar que empreguem doses em ratos, em outros animais também, para verificar os efeitos, os resultados. A prudência mandaria, realmente, que isso fosse na farmácia, mas desde que há permissão para que os artigos possam ser vendidos no comércio, é muito difícil fazer esta observação, muito difícil momento. Eu aguardaria alguns trabalhos experimentais nossos e de outras pessoas. Realmente esse número me surgiu no sentido de um sentido experimental, se se verificar deve haver uma definição mais segura, mas no momento acho não se pode ser afirmativo a esse respeito.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Mas, de qualquer forma, indicações muito claras devem ser dadas para o emprego.

O SR. NELSON CHAVES — Sim, o indivíduo deve ter conhecimento de que essa substância não substitui o hidrato de carbono, segundo que essa lenda de que hidrato de carbono é veneno de artificialidade, está acabada realmente e terceiro, que esses edulco-

rantes têm suas prescrições limitadas e devem ser dados e devem ser usados dentro dessas prescrições sem continuidade, sem abuso; nunca como uma base alimentar.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Professor, numa pesquisa dentro de todas as premissas estabelecidas por V. Ex.^a, que tem um espírito lógico e tão objetivo, permita-me V. Ex.^a que acce essas conclusões não de acordo com as premissas. Se é preciso mais experimentação, se não está provado sejam esses edulcorantes de todo maléficis, se só são indicados para determinados casos, por que a conclusão de que podem ser postos à vontade, à disposição da criança, com está acontecendo?

O SR. NELSON CHAVES — Eu disse o contrário.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Só na farmácia, se pode impedir.

O SR. NELSON CHAVES — ... às crianças, não devem ser dados.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Se eles estiverem nas mercearias, nos supermercados, nas feiras livres, até nos aviões e trens, também as crianças...

O SR. NELSON CHAVES — Creio que mais importante seria a educação do que a proibição. Toda criança leva para a escola uma garrafa de Coca-Cola e não leva garrafa de leite.

Outro dia ouvi depoimento de que, no interior da Bahia, numa localidade onde a desnutrição era grave na infância escolar e pré-escolar, se punha leite fora e se usava a coca-cola. Isso porque a coca-cola tem uma propaganda muito grande e o leite não. Se houvesse um trabalho educacional mais amplo, de que é preciso tomar, em lugar de uma garrafa de coca-cola uma garrafa de leite, as crianças prefeririam levar o leite para as escolas. Portanto, acho mais eficiente a propaganda, a educação do que a proibição.

Acho que a proibição deveria existir para gestantes e para crianças ou pelo menos, deveriam levar o esclarecimento às famílias. Toda vez que se faz um trabalho de propaganda em favor do leite, o seu consumo aumenta, mas o trabalho não é contínuo. Continua é a propaganda da coca-cola que tem uma técnica muito boa, propaganda subliminar através da televisão e que dá bons efeitos. Devemos mostrar que um pequeno número desses produtos é realmente tóxico, pode prejudicar, mesmo uma dose pequena que não revela toxidez e amanhã teremos as consequências de uma proibição que não tenha sido válida.

O homem naturalmente é imprudente gosta de proibir...

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Sa. a rigor não está em desacordo com tal e qual providência que talvez venha a ser tomada. Entendi seu pensamento.

V. Sa. quis mostrar que sem educação nada se conseguirá porque há uma ideia tal que me parece de grande sabedoria, sugere que se repita até quinhentas vezes — evidentemente o número é convencional — uma certa coisa para que esta possa penetrar e seja assimilada, seja acreditada pelo indivíduo.

Tanto se repete, tanto se reitera que tal coisa é vantajosa, que ela seja usada, seja vendida em mercearia ou em farmácia.

Mas se nós ou se as autoridades adequadas — e não nós, isto não é tarefa de Deputados ou Senadores — mas se as autoridades competentes esclarecerem o povo talvez se consiga mais que através de determinadas medidas de proibição.

Não me estou comprometendo com nenhuma orientação. Estou em fase de estudos. Mas já que se falou em propaganda quero fazer referências ao que foi mostrado há alguns dias,

é a propaganda referente ao uso do açúcar.

Parece que em São Paulo têm sido feitas publicações referentes ao açúcar, com a finalidade de aumentar o consumo do mesmo.

Não tenho aqui em mãos o texto publicado. Gostaria de submetê-lo a V. Sa. Mas foi-me deixado pelo Professor Ribeiro do Vale. Na propaganda era feita a sugestão para que se comesse cada vez mais açúcar a fim de se ter boa saúde. Em essência este o pensamento.

Parece a V. Sa. que este tipo de propaganda seria também aceitável? Pergunto porque estou procurando colher, em todas as fontes, o maior número de dados, para que possamos, depois, realizar nossa síntese, que será a origem de uma política referente ao assunto.

O SR. NELSON CHAVES — Não posso dizer que o açúcar é veneno nem que vai salvar o mundo. Nem uma coisa nem outra.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Veja V. Sa. o que diz o texto:

"Sabe você quantas calorias tem uma colher de açúcar?"

E a seguir:

"Muita gente pensa que o açúcar produz calorias em excesso e que engorda. Para essas pessoas uma surpresa em cada colher de café de açúcar existem somente 18 calorias. Isto não representa muito em relação às 2.500 a 3.500 calorias que o homem necessita diariamente. Não é verdade?"

"Então, se o açúcar tem somente 18 calorias em cada colher de café, por que é considerado elemento tão energético? Porque tem absorção imediata e se transforma rapidamente em caloria. Quer dizer repõe prontamente as energias que você gasta no corre-correr da vida de hoje.

Por isto salvo recomendação do médico, o açúcar é insubstituível".

Este texto está bem elaborado, é inteligente, mas afirmar que o açúcar é insubstituível realmente, não há nenhuma razão.

O SR. NELSON CHAVES — Há, evidentemente, exagero aí, nem o açúcar é um veneno e nem vai salvar o mundo. Nem uma coisa e nem outra.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Estou numa situação muito a gosto, porque, sendo eu apaixonado por uma série de grandes causas, penso que não me estou batendo aqui no assunto com muita paixão; estou procurando ouvir os estudiosos. Repito que estou ouvindo os estudiosos e querendo examinar os aspectos econômicos do problema, os aspectos científicos e médicos do problema para poder formar um juízo a respeito do assunto.

O velho Platão já dizia que não se podia atingir a verdade sem paixão, e não sei bem conciliar essa afirmação do divino Platão com essa posição que estou tomando aqui. Mas, em verdade, estou procurando ser o mais ágil do possível no exame desse problema que entendo ser de suma relevância para a saúde e de suma importância para a economia nacional, e que se deve conciliar as duas coisas de uma maneira sábia prudente, numa palavra: criteriosa.

Senhor Professor Nelson Chaves, eu gostaria, é verdade, de passar a noite aqui conversando com V. Sa.

O SR. PROFESSOR NELSON CHAVES — Eu, também, teria um grande prazer.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — ... a respeito de todos esses assuntos pois que várias questões poderiam ser abordadas e seriam muito importantes os ensinamentos que Vossa Senhoria poderia nos fornecer. Entretanto, temos o Regimento da Comissão de Inquérito, que é rigoroso e é habitual que nós não agüemos da paciência dos que aqui vêm.

O SR. NELSON CHAVES — Pode abusar à vontade.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Temos que respeitar a pessoa do depoente que vem aqui, exatamente, prestar uma colaboração de alta importância.

Vou terminar, Sr. Professor, agradecendo os esclarecimentos que Vossa Senhoria prestou, que são vastíssimos e felicitando-o por essa capacidade de, em tão pouco tempo, dizer tanta coisa. Mas V. S.^a realiza isto, por três motivos: primeiro, porque tem uma capacidade de síntese admirável; um excepcional conhecimento do assunto, da matéria; e ainda, uma velocidade, não falar que deveria dar um certo pânico nos taquígrafos que devem apanhar as suas exposições. V. Excelência concilia essas três coisas. Por isso, em poucos minutos deu um apinhado dos problemas básicos da Bioquímica, relacionados, especialmente, com os hidratos de carbono, simplesmente admirável.

Não sei se, em duas horas de exposição habituais, se poderia dizer tanto, e tão bem como V. Ex.^a disse naqueles poucos minutos durante os quais nos encantou.

E' com muita tristeza, Professor, que vou ter de me separar de Vossa Excelência, entretanto, com a esperança de ir, dentro de algum tempo, ao Recife. E será para conhecer seu serviço, seu trabalho, sua instituição, que é das melhores, não apenas do Brasil mas da América do Sul; o seu trabalho sobre alimentação, especialmente sobre a composição dos alimentos, o valor dos mesmos, a possibilidade do maior aproveitamento dos mesmos, no sentido de beneficiar, particularmente, as nossas populações mais necessitadas.

E' inestimável esse trabalho. Por isso, nós todos, não apenas médicos, mas, sobretudo, políticos, somos sumamente gratos a V. Ss. e ao excepcional trabalho que está realizando em bem da população brasileira.

Quero sugerir a V. S.^a que, ao chegar a Pernambuco, entre em contacto com o presidente da Cooperativa de Açúcar, que foi por nós ouvido, e que é um simpático pernambucano, cujo nome é Pessoa de Queiroz. S. S.^a me deu essa esperança. Não fez afirmação categórica mas quase prometeu e agora, V. S.^a, ao chegar ao Recife, vai cobrar essa promessa, dizendo que ponha à disposição de V. S.^a recursos, porque estou convencido de que Vossa Senhoria, com os métodos científicos que agora possui em seu laboratório de fisiologia, poderia esclarecer muitos assuntos, repetindo algumas experiências e realizando outras novas. Por exemplo, esse problema de clix, que não foi examinado adequadamente que não foi examinado, ainda, devidamente. E poderia até fazer mais. E vamos, desde já, sugerir uma dessas experiências; provocar neoplasias crônicas nos animais e examinar a clix em animais com lesões renais. Hoje, temos métodos os mais variados para produzir lesões renais. Seria muito interessante.

Eu, durante um ano inteiro, trabalhei em laboratório de fisiologia, exatamente operando rins de ratos. E foi uma das maiores vitórias da minha vida conseguir fazer nefrectomia nos ratos, sem matá-los. Porque eu, desde moço, imaginei-me, seguir, incapaz de trabalhar com as mãos e verificar, há alguns anos, que era capaz de fazer nefrectomia relativamente perfeitas, e o que é mais complicado — medir pressão arterial pelo método pressimétrico, na cauda dos ratos. E, conseguia, assim, desenvolver a minha paciência, pois eu era muito pouco paciente. E' justamente na cauda dos ratos que são aquecidos, depois de introduzidos num aparelho, mete-se a cauda num certo dispositivo e, quando o rato está quieto, o que ocorre 1 vez em 50, então, em 30 segundos é medida a pressão. As vezes eu ficava meia hora para que o animal permitisse que eu lhe medisse a

pressão. Ele tem pressão mais ou menos igual... do homem.

Ele congela em 120 mm de Hg de mercúrio. E' uma pressão mais ou menos igual à do homem.

Mas, Sr. Professor, vou agradecer a sua atenção e, ao mesmo tempo, dizer ao Sr. Presidente e que nada mais tenho a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Penho a palavra à disposição dos srs. membros da Comissão. (Pausa.)

Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, aproveito para agradecer a solicitude com que o Professor atendeu ao nosso chamado e aos objetivos que a Comissão tem em vista na sua missão.

Receba, portanto, os agradecimentos da Comissão e leve a certeza de que a sua contribuição foi muito valiosa.

O SR. NELSON CHAVES — Folgo em dizer que me sinto honrado neste contacto com homens de tão grande expressão cultural, os quais já bem conheço e que se preocupam com problemas básicos, econômicos e sociais do nosso país. Isto constitui, sem dúvida alguma, um estímulo para aqueles que estão trancados nos laboratórios, sabendo que lá fora, no Congresso, existe preocupação com estes problemas.

Sou muito grato às expressões do meu velho amigo. Embora não nos conheçamos; temos pontos de ligação e nos entendemos muito bem. Quero agradecer as gentilezas que tiveram comigo e aqui fica o convite para o Seminário de Nutrição a realizar-se em Pernambuco, de 8 a 13 de julho onde terei o prazer de ser o seu cicrone em Recife e quero mostrar o Recife por dentro e por fora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23 horas e 10 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1968, ÀS 16,00 HORAS

Às dezesseis horas do dia cinco de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Adalberto Senna e Raul Giuberti e os Senhores Deputados Pedroso Horta e Brito Velho, reúne-se, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Dylton Costa, Manoel Villaga e José Ermirio e os Senhores Deputados Monsenho Vieira, Magalhães Melo, Manoel Teixeira e José Maria Magalhães.

E' lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o Senhor Lauro Solero, Professor de Farmacologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e indaga de Sua Senhoria se deseja fazer, preliminarmente, uma exposição oral ou se deseja ser interrogado pelos membros da Comissão. O Professor Lauro Solero prefere fazer uma exposição oral.

Após seu depoimento, o Senhor Professor Lauro Solero é demoradamente interrogado pelos parlamentares presentes à reunião.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença de Sua Senhoria, determina que seu depoimento seja incorporado ao processo e que as notas taquigráficas sejam anexadas à presente ata para que sejam publicadas. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Antônio Cavalcanti Melo, Secretário da

Comissão, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEKO DA ATA DA 19ª REUNIÃO NO DIA 5 DE JUNHO DE 1968, ÀS 16,00 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão Presidente: Senador Milton Campos Vice-Presidente: Senador José Ermirio;

Relator: Deputado Pedroso Horta; Depoente: Dr. Lauro Solero, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Íntegra do apantamento taquigráfico referido na ata:

Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de Adoçantes Artificiais na alimentação popular, às 16 horas do dia 5 de junho de 1968 (depoimento do Professor Lauro Solero, Professor de Farmacologia da Universidade do Rio de Janeiro).

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Há número legal. Está aberta a sessão.

Encontra-se presente: para depor, o Professor Lauro Solero, da Universidade Federal do Rio, onde é mestre de Farmacologia

Saúdo S. Exa. com satisfação pela sua alta posição no ensino brasileiro, como também por motivo pessoal, por se tratar de conterrâneo de ilustre família ubaense, de Minas Gerais.

Professor Lauro Solero, é de costume, frequentemente, entre os que vêm depor, iniciar o depoimento por uma exposição. Não é obrigatória. Desejaria saber se V. Sa. está inclinado a fazer logo a exposição e depois submeter-se às perguntas dos membros da Comissão.

O SR. LAURO SOLERO — Gostaria, Sr. Presidente, de apresentar, inicialmente, minha exposição e submeter-me, depois, às perguntas. Trouxe, por escrito, as respostas a todo o questionário que me foi remetido. De maneira que, se V. Exa. me desse autorização, leria toda a documentação e depois, então, responderia às perguntas. Mas estou à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Tem a palavra o ilustre Professor Lauro Solero.

O SR. LAURO SOLERO — Senhor Presidente, tomo a liberdade de começar com uma citação de Shakespeare.

"If sack and sugar be a fault God help the wicked."

(Henry IV, Part I, II, IV)

Compareço à Comissão Parlamentar de Inquérito como Professor de Farmacologia e é, para mim, motivo de honra ter sido meu nome indicado para responder, não só ao questionário que a digna Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, por seu Presidente, houve por bem me enviar, como também, dentro de minhas possibilidades, a todas as perguntas que me forem dirigidas durante este depoimento.

Item I

Entrando imediatamente no assunto, cabe-me informar que a Farmacologia dos edulcorantes artificiais foi revista em profundidade na Inglaterra pelo Sub-Comitê de Farmacologia do Ministry of Agriculture, Fisheries and Food" e, baseado nesse trabalho, pode-se afirmar que a ingestão de ciclamatos não é tóxica para o homem, nas doses normalmente utilizadas.

Experiências em animais, empregando-se vias diversas de administração (oral, venosa e subcutânea), demonstraram que os ciclamatos de sódio e de cálcio apresentam dose letal média LD-50 tão elevada que não pode constituir qualquer problema sob o ponto de vista toxicológico.

Quanto à suspeita de conerigências, ou modificações do desenvolvimento fetal, os trabalhos realizados em animais demonstram que não existe perigo algum, conquanto a proficiência mande que as conclusões, nesse sentido, somente possam ser definitivas após cinco anos de "follow up".

Este particular, devo também informar a essa digna Comissão que não se pode extrapolar para o homem resultados verificados em animais. Cito a propósito as palavras de Sir Derrick Dunlop (Br. Med. J., 2:437, 41, 1955):

"O homem é uma espécie diferente e não é sempre verdade que substância tida como inócua para os animais também seja para ele, ou contrariamente, que uma substância que revela alarmante toxicidade em animais, venha representar necessariamente o mesmo risco para o homem. Embora seja manifestamente essencial que as experiências em animais precedam aquelas em seres humanos, devemos realizar que, como resultado dos requisitos sobre os quais agora tanto se insiste, alguns medicamentos efetivos e inócuos talvez não chegassem a ver a luz do dia, e se fizermos uma retrospectiva, alguns medicamentos úteis nunca teriam alcançado, na conjuntura atual, a possibilidade de um ensaio clínico".

Evidentemente, no caso em apreço, se houvesse relação causa-efeito entre o uso de ciclamatos e as ações cancerígenas ou teratogênicas, ela já deveria ter sido observada, tal como na questão da Talidomida. As experiências em animais fornecem dados e a observação clínica confirma a inexistência de efeitos tóxicos produzidos pelo uso dos ciclamatos.

No que diz respeito a distúrbios intestinais, as informações que possuem são as seguintes: "podem os ciclamatos produzir, em indivíduos hipersensíveis, ou quando utilizados em doses elevadas, aumento do peristaltismo intestinal e, às vezes, diarréia. Contudo, nas doses empregadas, mesmo superiores aquelas necessárias para produzir efeito edulcorante, não existe ação laxativa; parece improvável que esse efeito possa ocorrer se as doses tomadas forem inferiores à relação 50 mg de ciclamato-quilo de peso".

O mecanismo dessa ação laxativa — quando ele existir — isto é, em consequência de hipersensibilidade ou de doses muito grandes, é atribuído à biotransformação dos ciclamatos em cicloexilamina.

Não conheço pesquisa alguma dessa natureza feita no Brasil e, nesta instância, deve ser salientado que nunca a indústria açucareira se preocupou em auxiliar Departamentos de Pesquisa existentes no país. Desconheço mesmo a existência de laboratórios especializados, direta ou indiretamente subordinados ao Instituto do Açúcar e do Alcool para tal fim.

Item II

Os edulcorantes não calóricos não apresentam qualquer ação farmacológica, quer no intestino isolado de coelho, quer no coração isolado de rato, quer na pressão arterial, quer na respiração do cão e do gato, quer no sistema nervoso central do coelho (injeção intracisterna), quer nas enzimas digestivas (JAMA, 40:1, 1951). De acordo com o "Food Additives and Contaminants Report on Cyclamates", trabalho já citado do "Ministry of Agriculture, Fisheries and Food" da Inglaterra (página 8), as experiências no homem confirmam os dados experimentais em animais, isto é,

No homem hígido:

a) em sete dias, 79,5% da dose oral de 300 mg de ciclamato de sódio foram encontrados na urina e

e 26% excretados nas primeiras 24 horas. Um total de 77% foi recuperado nos três dias seguintes à dose oral de 200 mg;

b) após administração venosa de 1 g de ciclamato de sódio, de 70 a 90% foram excretados na urina dentro de três horas;

c) após uma única dose oral de ciclamato de cálcio, 31,2% foram excretados na urina e 65,45% nas fezes depois de três a quatro dias;

d) o consumo de 5 g de ciclamato de cálcio por dia, como parte de um estudo de sete meses e meio sobre toxicidade, na análise de amostras da urina de 24 horas em intervalos mensais, indicou excreção média na urina de 37% da dose diária.

No homem normal ou nefrítico:

Um grupo de pessoas recebeu dose de 1 g de ciclamato de cálcio por via venosa, seguida por 5 g por via oral durante duas semanas e, depois, por 1 g pela via venosa. Em duas pessoas normais, a excreção média foi de 79,4% antes de duas semanas da ingestão oral, e de 81% após duas semanas. Em sete pacientes, a excreção média foi de 86,7% anteriormente a duas semanas de ingestão oral, e de 93,3% após esse período. Em três pacientes, a excreção urinária diária foi de cerca de 13% da dose oral ingerida (5 g de ciclamato de cálcio) comparada com a de 31% nas duas pessoas normais.

No entanto, o ciclamato de cálcio pode produzir, em certos indivíduos, reação de sensibilidade, descrita por Lamberg (JAMA, 201:10, 1967). Nesse trabalho, uma paciente de cor, de 40 anos, apresentou dermatite limitada às áreas expostas à luz; o estudo do mecanismo dessa dermatite — utilizando-se diversos testes — demonstrou nítida relação entre a ingestão de ciclamato de sódio (3,6 mg/dia durante quatro dias) e a erupção na pele. Todavia, o autor insiste no fato de que o consumo anual de ciclamato nos Estados Unidos é de 10.000.000 de libras, isto é, uma média de 450 comprimidos por pessoa, para mostrar a toxicidade extremamente baixa e a antígenicidade também muito baixa do ciclamato de cálcio. Trata-se de reação idiossincrásica e, a não ser em alguns casos publicados no Japão — dermatite foto-alérgica provavelmente devida a agentes edulcorantes artificiais — cuja bibliografia se encontra no trabalho de Lamberg, não conheço qualquer outro lado de reação colateral observada com o uso dos edulcorantes artificiais.

Item III

Não conheço nenhum dado científico a esse respeito.

Item IV

Não atendi bem, com a devida atenção, na redação do Item IV. Os edulcorantes não são considerados medicamentos e não apresentam rigorosamente "indicações", pois indicação, segundo o Mestre Pedro A. Plínio em seu: "Dicionário de Termos Médicos", é "noção que adquire o médico após exame do doente, que o leva a intervir, ou a deixar de intervir, médica ou cirurgicamente, com o intuito de curar ou de apressar a cura".

Item V

Desconheço qualquer referência a modificações do desenvolvimento de crianças e de adolescentes, em consequência à restrição dos sacáridos.

Item VI

Existe uma justificada preocupação dos clínicos para o aumento do peso corporal nos indivíduos normais. A substituição da sacarose pelos adoçantes não calóricos nos indivíduos com tendência ao aumento de peso não só é vantajosa, como muitas vezes é indispensável, já que permite um maior volume alimentar.

Item VII

Praticamente, a sacarose só passou a participar da alimentação normal a partir do século XVII, quando começou a industrialização da cana de açúcar e, mais tarde, da beterraba. Até então, o homem supria as necessidades de glicídeos de outras fontes que não a sacarose, pois não é a sacarose a única fonte de glicídeos que o homem utiliza na sua alimentação.

Embora na alimentação normal seja importante o equilíbrio entre proteídeos, lipídeos e glicídeos, a diminuição desses dois últimos princípios nutritivos não é tão importante como a carência das proteínas, uma vez que a cetose é evitada com tão somente 100 g de glicídeos, diários.

Item VIII

Em conclusão, não existe trabalho algum pelo qual se possa admitir efeitos nocivos consequentes ao uso dos ciclamatos.

Sou de opinião que não podem os ciclamatos, no momento sofrer qualquer restrição quanto ao seu uso e quanto à respectiva venda e, muito menos, serem rotulados como medicamentos, pois se a isso chegássemos, haveria necessidade de modificar completamente a legislação em vigor. — Prof. Lauro Soller, Chefe do Departamento de Farmacologia e Terapêutica Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Apresento, agora, a Vossas Excelências três cópias de toda a documentação que trouxe comigo e que passo às mãos do Sr. Presidente. E mais a cópia de um estudo realizado na Inglaterra sobre ciclamatos.

Aqui há uma série de respostas publicadas pelo *British Medical Journal*. Trago esse livro como uma contribuição a essa digna Comissão, esse livro que constitui um verdadeiro sinédrio e que a poucas pessoas no Brasil eu posso emprestar. Foi publicado pelo Cornell University e se chama: "Sugar, Gold and Coffee". Publicado em 1959, não foi posto à venda e tem uma dedicatória muito cordial, muito amigável de um dos maiores médicos contemporâneos, o Dr. Irving Page.

Tratando do açúcar, diz ele que o grande fazedor de dinheiro no Brasil, a agricultura brasileira, foi que conquistou todo o mercado mundial. O açúcar de cana, cultivado nas grandes plantações das grandes fazendas e engenhos e que durante 150 anos o rei açúcar reinou supremo no Brasil. Ele trouxe enorme bem estar e miséria excessiva e transformou a sociedade colonial brasileira, a casa grande, o sítio feudal, a plantação dos ricos e as senzalas.

Então, de um livro exatamente sobre problemas do Brasil Império, da era do mercantilismo, tirei alguns dados para apresentá-los a esta Comissão.

Finalmente, tive o cuidado de procurar em uma bibliografia tudo aquilo que pudesse representar certos dados objetivos, e no último número, de 13 de abril de 1968, do *British Medical Journal*, uma das mais importantes revistas da Medicina contemporânea, e no momento em que se fala em reforma do currículo médico, há uma pequena nota, nessa revista, sobre os ciclamatos. Assim não se dirá que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não está tratando de assunto que não constitua preocupação brasileira, mas em todo o mundo há uma verdadeira necessidade de se fixar um ponto-de-vista, mesmo que esse ponto-de-vista seja provisório.

Eu insisto neste depoimento, de que os dados que possuímos são os mesmos obtidos de uma observação aguda de um fato que podemos chamar de observação crônica.

O problema que aqui se levantou de que o uso de ciclamatos pode levar a uma cancerígenese ou a uma per-

turbação do metabolismo do feto, são problemas que só podem ser resolvidos depois de uma sequência de 5 a 10 anos de estudos, isto é, não tenho nenhuma base para afirmar que eles são inocuos. Eles são inocuos no momento, porém não existe ainda base farmacológica em que alguém possa afirmar que eles não produzam modificações dessa natureza.

Há, sem dúvida nenhuma, nesse aspecto, permita-me insistir no assunto, básico, que é o problema de que nos dois primeiros meses da gravidez, na fase chamada de plasticidade do desenvolvimento fetal, tudo aquilo que for aplicado externamente pode interferir no desenvolvimento fetal, isto é, a descoberta da talidomida, como ação, como substância teratogênica, foi descoberta por acaso em experiências com animais. Não puderam, contudo, dar dados objetivos nesse particular.

Estou à disposição para qualquer dado ou informação que eu possa prestar.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Nosso colega o Deputado Pedrosa Horta poderá, dentro de alguns minutos, estar aqui, porque está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Professor Lauro Soller, V. Sa. fez uma exposição muito objetiva e muito rica em informações e eu vou me deter na primeira delas. V. Sa. faz referência a uma das experiências de que eu não tive ainda notícia, referentes à excreção dos edulcorantes artificiais, examinados num grupo de seres humanos. E o que há de interessante é que V. Exa. diz que a experimentação foi feita não apenas em indivíduos normais, mas em indivíduos nefríticos. Chegou ao grau de haver atingido a eletropatia?

O SR. LAURO SOLLERO — Senhor Deputado, não posso informar exatamente, porque fiz referência a doentes em macropatia.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Exatamente, por isso são indivíduos nefríticos, que têm deficiência renal. Se são assim, de que é a natureza. Será nefrite ou nefrose?

Se V. Exa. falou, a experimentação deve ser continuada. E debatendo o assunto com alguns colegas nossos, temos destacado sempre isso, confirmando seu ponto-de-vista, de que as experimentações devem ser continuadas, e não apenas no homem, mas também em animais, em experiências de laboratório.

Ainda ontem, tive oportunidade de sugerir ao dirigente da Cooperativa Açucareira de Pernambuco, particularmente o Prof. Nelson Chaves, no sentido de realizar pesquisas. Tive uma boa receptividade de parte do ilustre Presidente daquela Cooperativa, e o Professor Nelson Chaves já partiu ontem daqui com a esperança de conseguir algum auxílio monetário nesse sentido.

Um problema, Professor, que deveria ser examinado, e poderá ser feito isso com facilidade, é o da depuração renal dessas substâncias.

Podia ser feito em condições normais, de acordo com os técnicos para a clearance da uréia, para a clearance da creatinina, do manitol, e assim por diante, em indivíduos com a mais variada gama de nefropatia, e ainda mais, sugerir ao Professor Nelson Chaves que ele examinasse o mesmo problema em animais, tanto em animais normais quanto em animais que tivessem uma nefropatia artificialmente provocada.

Sabe V. Sa. que, hoje em dia, temos uma série de métodos que podem provocar tipos de nefropatias em graus mais ou menos avançados.

O valor dessa experiência estaria, exatamente, em se verificar isso: se um paciente com nefropatia, seja um glomeronefrite difusa crônica, seja nefrose-esclerose avançada, se ele tem uma eliminação razoável ou se tem uma eliminação insuficiente, o que poderia provocar, com o correr do tempo, um acúmulo de substância no

organismo que, nas doses chamadas habituais ou normais o produto não é tóxico mas que poderia vir a ser tóxico.

Esse é um trabalho que não foi feito. Todas as publicações por mim examinadas, e todos os depoimentos aqui prestados, não fazem referência a esse assunto e, parece-me, poderia ser feito com relativa facilidade esse tipo de investigação. Isso viria esclarecer muita coisa, porque ao que tudo indica, as doses normais, as doses habituais não parecem ser tóxicas em homens mas sabemos que, em animais, quando as doses são mais elevadas, por exemplo, 5%, 10%, o risco digamos, do crescimento de um rato ou de um camundongo se verifica, e parece que ninhadas de filhotes, de fêmeas que haviam recebido essa dose, uns eram natimortos ou então morriam logo depois do nascimento. Isto está para mostrar que o problema da dose é fundamental, aqui. Tínhamos um velho professor de farmacologia, em Porto Alegre, que dizia: "Meus Senhores, o problema central de toda a farmacologia e da terapêutica é o problema da dose! Eu via a insistência com que ele falava, e com razão. Eu posso matar um indivíduo com água, e não o afogando, propriamente, mas injetando água. E, lembro a V. Sa. que até há poucos anos, no post-operatório, muitos morriam pelo uso intempestivo e exagerado do famoso soro glicosado, cujo excesso provocava sério distúrbio metabólico. Considero muito interessante o problema da eliminação porque a parte talvez maior de substâncias ingeridas é eliminada por via renal. Então, o problema que surge é este: no momento em que se instala uma falha renal mais ou menos intensa em virtude da nefropatia crônica, será que o acúmulo da substância se faz, e é possível que não se saiba, mesmo porque a substância pode ser eliminada por outro caminho. Mas, esse acúmulo poderá tornar-se tóxico. E' o que penso, e esta pergunta que faço a V. Sa., que usa essa coisa extraordinária que é a experimentação de laboratório. V. Sa. é um eminente homem de laboratório, porque, farmacólogo, e, ainda mais, farmacólogo que muito publica e que é objeto de particular admiração de um dos homens que mais prezo neste País que é o Prof. Nelson Chaves. E, há duas semanas, dizia ele que nós tratássemos V. Sa. como somos considerados, mas V. Sa. é homem merecedor, pelo seu caráter e enorme competência como farmacologista.

Este, o primeiro ponto, Professor, e eu gostaria ouvi-lo neste assunto.

O SR. LAURO SOLLERO — Há dois problemas aqui. V. Exa. compreendeu. Nós nos baseamos num trabalho cuja bibliografia está apresentada, que estuda a eliminação normal em indivíduos normais com nefropatia. Eu não posso informar a V. Exa. qual o tipo ideal. Mas logo que eu chegar ao Rio, mandarei essa informação, porém tenho receio de que essa experiência não possa ser feita em nenhum laboratório, porque é uma extrapolação, é um dos grandes problemas da farmacologia contemporânea a escolha do animal que vamos usar para esse fim.

Assim, pode, tem esta Comissão o direito de insistir neste ponto: que se realize, no Brasil — porque é outro problema, pois está no estrangeiro serve de orientação, nunca como um dado que se possa dizer verdadeiro — então, que se faça, pelo Instituto Nacional de Farmacologia, uma pesquisa dessa natureza, mas em serviços clínicos. Porque, se eu fizer — e me comprometeria a realizar em nosso Departamento — chegaria à conclusão de que ela não poderia ser explorada para o homem.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Não poderia ser certamente extrapolada para o homem.

O SR. LAURO SOLLERO — ... ao passo que, se essa mesma experiência

fôsse feita num serviço universitário de alta categoria, sob a responsabilidade desta digna Comissão, teria nos um dado objetivo para verificar o fato.

Permita-me V. Exa., Deputado Brito Velho, discordar, no item 2, da questão dos ratos.

As doses utilizadas nessa experiência são muito acima, quase que digo, das doses letais médicas. A toxicidade dessa substância é praticamente isenta, nula. Porém é tão grande essa dose que não podemos tirar conclusão alguma do fato.

Falou V. Exa. na questão da água. Lembro outro mestre do Rio Grande do Sul que marcou época em nosso País — Ianes Dias, quando, num dos trabalhos mais interessantes do momento — "Water Intoxication" — chamava a intoxicação pela água dos indivíduos como insuficiência suprarrenal. Conhece V. Exa. o trabalho fundamental, básico de Ianes Dias. Naquele tempo ele dizia que havia influência meteorológica no problema da aplicação médica. E todo o mundo se punha a rir. Hoje, é um fato consumado o problema dos ciclos biológicos. Então, na Farmacologia, entre as causas que modificam a ação e o efeito dos medicamentos, uma delas são os ciclos biológicos e os ciclos terrenos.

De maneira que, no particular, a experiência da dose verificada em rato é uma experiência absolutamente nula e permita-me V. Exa. que pela segunda vez eu fale nesse assunto.

Como Membro da Comissão de Farmácia recebi para dar parecer trabalhos que foram enviados ao meu Serviço, porém eram trabalhos que não podiam ser levados a sério porque publicados em revista não especializada, revista de propaganda. E nessas condições, em que os podem constituir uma fonte de segurança.

Os trabalhos que apresento aqui, e cuja bibliografia eu deixo aqui, Senhor Presidente, são trabalhos oficiais da Inglaterra. Houve um repórter que conseguiu obter na Inglaterra, oficialmente, sobre o assunto, dados, em que tudo isto foi ventilado e a bibliografia aí apresentada só faltam alguns dados que provaram a sociedade que não existe, no momento, base farmacológica para qualquer restrição do uso de ciclamático. Faço questão de dizer, como fiz em meu Parecer, que o problema é econômico e fôze completamente à minha alçada.

Mas sob o ponto de vista farmacológico, baseado nos trabalhos que tive oportunidade de compulsar — e os dados são absolutamente positivos — há uma versão de sensibilidade que jamais foi observada no Brasil. Porém o problema do aumento do parietalismo intestinal, chegado mesmo a diarréia, se foi verificado ver-se-á que é muito constante no nosso meio. Fêz-se uma série de perguntas e verificou-se que muitas pessoas tomam ciclamatos e naturalmente tomam sem que haja uma consciência do problema. Quando V. Exas. tiverem ocasião de interpellar o Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, poderão verificar uma coisa que me parece estranha, nesses vidros não há referência à dose ou ciclamato usado.

Este é um problema que o Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia pode esclarecer, dizendo como foram liberadas as substâncias e porque elas apresentam — se apresentarem. — Parece-me ser a questão de exigir mesmo o controle da qualidade.

Respondendo ao seguinte item, a questão de doses são tão elevadas que não podemos precisar. A questão nutricional do LSD — por exemplo, — insiste-se que o LSD produz ação nutricional. Sobre os perigos que a substância apresenta para a personalidade humana, tem mais esse. Porém, as doses empregadas foram tão elevadas que não era mais farmacologia, e toxicologia.

A dose empregada no homem, capaz de produzir a "equanização" e 50 miligramas para um homem de 60 quilos. A dose utilizada para a ação nutricional é de 1 miligrama.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Ao que me parece V. Exa. acha que de fato, tipos desses da pesquisa, em clínicas bem organizadas, poderiam ser feitos. Se bem entendido, V. Sa. todas essas afirmações são válidas, no que se refere às chamadas doses habituais. Se o indivíduo receber tomar, mais ou menos de ciclamato que daí advirão.

V. Sa. faz sempre, ao que tudo indica, referências aos habitualmente empregados, porque tem uma finalidade puramente gustativa, exatamente para corrigir a deficiência de sacarose.

Quanto a este problema que foi abordado por V. Sa., há pouco, o das manifestações cutâneas, a referência ao lupus eritematoso.

O SR. LAURO SOLLERO — Não há sensibilidade.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Eu me lembrei do lupus eritematoso por causa da sensibilidade à luz.

O SR. LAURO SOLLERO — Os documentos aí estão, não há nenhuma referência ao lupus eritematoso. O que há é uma dermatite tipo alérgica, anti-higiênica e que desaparece. É um caso extremamente raro.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Sa., bom aluno que foi do Professor Pedro Finto, ao falar em sacarina, fez-me lembrar uma definição que ele dava — verifiquei isto na Biblioteca da Câmara, em Brasília, e está sendo alinhado com outros dicionários em uma publicação de sua autoria.

Quando fiz a pergunta referente à indicação científica, estava a significar o seguinte: quando, razoavelmente, um homem ou uma pessoa de idade poderia usar um edulcorante artificial, desde que desejasse provocar uma sensação de doçura nos alimentos, de modo que suprimisse a sacarose. V. Exa. sabe que os obesos têm uma indicação formal, pois têm que fazer um ajuste calórico e isso será feito naquilo que, com mais facilidade, se pode controlar, que é exatamente o açúcar. No caso de diabetes, justamente perguntava qual a sua opinião.

O SR. LAURO SOLLERO — Não há uma indicação. No caso de um diabético hipocalórico pode perfeitamente ser indicado. Entretanto, procuro ser extremamente cauteloso porque gosto de ficar dentro de minha especialidade, que é a de farmacologia que tem alguma experiência no campo farmacológico.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Perguntaria, em linguagem farmacológica, qual seria a situação em que dever-se-ia, justificadamente, procurar esta ação farmacológica dinâmica de aceitação das papilas gustativas, através dos edulcorantes.

O SR. LAURO SOLLERO — O edulcorante, num certo sentido, é um adocicante. Em geral, não há indicação para os edulcorantes, podem ser utilizados sem nenhuma restrição.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Mas, não parece que a um indivíduo normal, e usamos o conceito de indivíduo normal sem profundá-lo, que não está sujeito a um regime de restrição alimentar, parece a V. Exa. que se justifica a supressão por ele da sacarose para adotar o uso de um edulcorante?

O SR. LAURO SOLLERO — Não, absolutamente. Eu me filio à doutrina pavloviana e acho que no problema de edulcorantes existe um condicionamento. E para explicar esse condicionamento existe a propaganda. Mas, devemos lembrar que Pavlov insistia neste ponto, que para haver condicionamento é preciso haver reforço. E o reforço existe neste caso porque houve um condiciona-

mento — que foi dado pelo anúncio disso, a partir de certo ponto começou a se criar uma atmosfera a meu ver errônea, enganosa de um emprego generalizado de edulcorantes. Estou falando como farmacologista e dentro de um conceito pavloviano. A propaganda cria um condicionante e começa em casa o indivíduo a dizer que todo mundo precisa de edulcorante para diminuir peso. Não é verdade. Nesse ponto, caberia ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, pelos seus órgãos competentes, policiar esse aspecto, para que esse condicionamento não seja reforçado. O problema não é só brasileiro. Nos Estados Unidos, na Inglaterra. Todos os dias o "Medical Journal" publica manifestações de leitores sobre isso. Por isso uma Comissão Parlamentar Mista como esta toca num ponto que, no momento atual, está despertando a atenção do mundo inteiro: esse condicionamento criado pela propaganda que vai produzir essa situação a tal ponto que muitos que podiam prescindir dessas substâncias e que não precisavam usá-las, ficam numa situação em que ela se torna indispensável.

Por isso, quero que fique bem claro que, com a devida vênia, o mesmo erro está cometendo a Cooperativa de Produtores de Açúcar e de Alcool ao fazer a propaganda contrária, porque assim vai fazer aumentar a propaganda no outro sentido. Existe uma tradição de 500 anos. Em 1600 já existia essa noção. Então, o que está se fazendo é aumentar o uso dos ciclamatos, dentro do conceito pavloviano. Criou-se o conceito absolutamente errôneo de que os ciclamáticos são indispensáveis.

Não é admitindo que produzam toxicidade, não é admitindo que experiências como estas feitas em ratos possam constituir qualquer obstáculo, que podemos resolver o problema.

Não, é de outra forma. É mostrando, como V. Exa. lembrou, que pesquisas devem ser feitas, no Brasil, para que possamos dizer aos brasileiros que essas experiências apresentem esses resultados.

Se Vs. Exas. assim determinarem, ou me comprometo, na parte farmacológica, a proceder a todas as experiências que sugerirem. É preciso, porém que tenhamos um documento para que, amanhã, possamos fazer isso, e se nos perguntarem "por que estão fazendo isso?", possamos responder: "Nós estamos fazendo isso, atendendo a uma exigência da Comissão Mista do Congresso Nacional, e também proclamar que, com as experiências feitas no Brasil, podemos obter os mesmos dados.

E depois lembrar num hospital universitário, não mais o ponto de vista farmacológico, experimental, e sim uma experiência clínica, fazer a mesma coisa num hospital, e possamos dizer, amanhã, num hospital, naturalmente universitário, para o Professor Eduardo Faraco, que vem depor, aqui, que dispõe de um excelente Departamento para esse fim: Vs. Exas., então, poderiam pedir ao Professor Faraco que se responsabilizasse por essa parte e determinar que o nosso Departamento ficasse responsável por outra.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Sa. está sugerindo uma reforma constitucional.

O SR. LAURO SOLLERO — Não. Bast. que Vs. Exas. sugiram ao meu Departamento isto, para que eu considere uma honra participar disso. E Vs. Exas., Sr. Presidente, amanhã, com o ofício ao Reitor da Universidade, dizendo que a Comissão Parlamentar de Inquérito necessita desses dados, naturalmente, serão atendidos. Nosso trabalho é feito para a comunidade e não trabalho apenas para um só. Estou pronto a colaborar com essa Comissão nesse sentido.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Veio a termo do trabalho da Comissão. O Professor veio ao encontro do que nós queremos. No fundo é parlamentarista como eu. Mas, Professor nós já ouvimos uma série de declarações de V. Sa. de alta importância científica e verã agora que não é demais, nem é incompreensível o item formulado sob o nº 4, porque repetido por mim, deu ele oportunidade a que V. Sa. tivesse essa belíssima explanação, onde se percorre até das investigações de Pavlov, onde analisa problemas de reflexos condicionados, da necessidade de que ele seja permanentemente reforçado para que não se venha a esgotar, Pavlov estudou muito bem o chamado fenômeno do esgotamento do reflexo condicionado e, V. Sa. abordou, assim, uma série de problemas que me parecem importantíssimos; porque deve haver, como em outros países, uma legislação referente à propaganda. E é outro ponto sobre que talvez vá chegar a conclusões, esta Comissão de Inquérito: é referente à propaganda de medicamentos, de alimentos etc.

O SR. LAURO SOLLERO — Na questão da propaganda, há dois aspectos.

O que existiu no caso, eu me lembro, com a devida vênia de V. Exa., Sr. Presidente, uma vez um colunista social muito famoso começou a dizer, a respeito de uma substância tranquilizante: "Equanilize-se." Hoje está proibido, porque a base desse tranquilizante não tem nenhum efeito farmacológico. Teve durante algum tempo efeito de condicionante: o indivíduo tomava Equanil, sentia-se muito bem.

Não tenho dúvida nenhuma de que essa propaganda de ciclamados foi exagerada, o que fez com que todo mundo, ingerindo tais produtos na base de ciclamados — pois se dizia que não se engordava porque não se tinha fome. Isso, absolutamente não corresponde à verdade.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Em vista de todas essas suas considerações, Professor Lauro Sollero, gostaria que V. Sa. me respondesse à seguinte indagação: como lhe parece que devam ser postos à venda, tanto os edulcorantes em si quanto os alimentos preparados com edulcorantes artificiais? Noutras palavras: alimentos de mais variada natureza e que sejam adotados com essas substâncias.

O SR. LAURO SOLLERO — Não existe nenhuma restrição, não há nenhuma restrição baseada em lei.

Os ingleses analisam intensamente o problema, como V. Exa. vai ter ocasião de ler nesse relatório que entreguei à Comissão — e os americanos também exaustivamente a mesma questão — e não encontraram nenhuma base farmacológica para fazer qualquer restrição.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Como deveria ser feito o rótulo?

O SR. LAURO SOLLERO — Os produtos dietéticos não têm indicação.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Parece que esses produtos são fabricados com edulcorantes e aqueles edulcorantes não têm valor alimentar nenhum.

O SR. LAURO SOLLERO — O problema é o seguinte: ao que parece essas substâncias são vendidas como complemento dietético, e as substâncias complementares dietéticas não têm nenhuma restrição. Mas isso não impede que, depois da CPI, diante dos documentos apresentados, e aqui quando depuser o Dr. Lúcio Costa, que é diretor do Instituto de Medicina e Farmacologia, talvez surjam indicações nesse sentido.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Nos Estados Unidos há indicações claras quanto à composição e etc.

O SR. LAURO SOLLERO — Aqui, não temos. A legislação brasileira foi livre demais, neste particular. Eu peguei um, e não sei qual é a composição ou a concentração, o que considero uma falha. Nada tenho que ver com isso, é lógico. Agora, não há nenhuma informação quanto à concentração, os ciclamatos utilizados. Temos, porém, que ficar diante do ponto de vista científico e das experiências feitas, certos de que não há qualquer possibilidade hoje, na lei atual, de quaisquer restrições. Sempre declarei que a farmacologia é hoje um risco necessário. Houve tempo em que os medicamentos não tinham efeito farmacológico. No tempo em que V. Exa. foi aluno de Miguel Couto só havia: digital, salicilato de sódio, aspirina e alguns outros. Então, quando Miguel Couto curava, eu não sei, hoje, como ele curava. E tenho a impressão de que tem efeito farmacológico nenhum. De todos os medicamento do tempo de Austregésilo, de Miguel Couto, só ficaram quatro: a digitoxina, a digital; o salicilato de sódio, a quinina e o purgativo, mais nada.

Temos, hoje, medicamento para tudo, mas, hoje, medicamento é um vício necessário. Quer dizer, se, amanhã, por uma coisa ou outra, se começar a fazer inquérito aprofundado para ver se existe modificação... eu dou um fáo conhecido — a modificação de peptistismo intestinal.

E' possível fazer inquérito a respeito mas, com a devida vênia de V. Exa., quero dizer que consegui, no Brasil, aquela forma sob receita médica não funcionar. Foi eu que propus à Comissão de Biofarmácia que a anfetamina fosse excluída, fosse prescrita do receituário médico, porque é responsável por uma série de intoxicações, cada vez maiores. Proscrita, e, hoje, na Inglaterra, se utiliza isso. No Brasil, preocupamo-nos com a maconha, que não tem nenhum efeito farmacológico, puramente, efeito de distração — o de que a Polícia se utiliza para prender o sujeito. Ele não tem nada e diz que ele está fumando maconha. Não há nenhum efeito farmacológico.

Então, no caso do edulcorante, o início foi errado. Criou-se isso, ditou-se a necessidade, quando não existe. Ai, sim — respondeu V. Exa. — não existe necessidade, a não ser em casos excepcionais, que são casos médicos; porém, hoje, houve aquilo que se chama hoje: a moda. E' impressão que tenho quando se fala em edulcorante. Essa moda desaparecerá daqui a um ano ou dois, como outras desapareceram.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Há o condicionamento dos reflexos, a que V. Sa. se referiu.

Sr. Presidente, dou-me por satisfeito e peço licença para me retirar, pois devo ir correndo para outra Comissão.

Quero felicitar o Professor Lauro Soller e agradecer a exposição com que nos brindou, sobretudo o tom de colega que procurou manter durante todo o tempo, e que manteve realmente ao fazer a exposição.

Agradeço e peço licença a V. Exa., Sr. Presidente, para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Lamentamos a ausência de V. Exa. mas conhecemos a procedência do seu motivo.

Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Pedroso Horta.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, em primeiro lugar quero pedir a V. Ex-

celência releve o meu atraso, mas, tal como está acontecendo com o nobre Deputado Brito Velho, venho da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, de sorte que não pude acompanhar, desde o início, a exposição e as respostas do Professor Soller. Ficou-me, entretanto, a impressão de que V. Exa. declarou que todos os resultados obtidos, até aqui, eram traumáticos, que teríamos necessidade de experiências mais profundas, mais extensas, para podermos nos pronunciar, em definitivo, sobre esses ciclamatos e essas sacarinas.

Pergunto ao Professor se a minha impressão corresponde a realidade, se foi isso que S. Sa. disse.

O SR. LAURO SOLLERO — Foi isso que V. Exa. disse exatamente. Mas somente numa parte do item I, quando a Comissão disse, com vista a confirmar ou negar suspeita de que seriam os ciclamatos produtos cancerígenos de influência negativa sobre o desenvolvimento do feto causador de lesão renal de vermes.

Entreguei os meus trabalhos e neste momento, respondendo a S. Exa. o Deputado Brito Velho disse que essas experiências feitas têm que ser seguidas de um período longo de observação, muitas vezes cinco anos para que se possa estabelecer uma relação de causa e efeito. Porém, no caso do ciclamato, se já houvesse esse fato, produzido há mais de cinco anos, o problema já teria surgido, como no caso da talidomida que, por exemplo, surgiu depois.

Mas surgiu depois de quantos anos?

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Uma pergunta complementando outra: no caso da dulcina, durante quantos anos foi ela usada sem que os efeitos aparecessem?

O SR. LAURO SOLLERO — No caso da dulcina os efeitos foram imediatos.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Não é a informação que temos.

O SR. LAURO SOLLERO — Foi um ou dois anos depois.

O SR. DEPUTADO MAURICIO GOULART — Pelos dados que temos ela foi descoberta em 1905, comercializada desde 1912 e só em 1964 é que foi proibida.

O SR. LAURO SOLLERO — O caso da dulcina começou no Japão, foi comercializada ali e os efeitos tóxicos da dulcina, no Japão, levaram à pesquisa. Essa informação que trouxe a V. Exa. excelsências, do Comitê de Farmacologia, é objetiva, não sei se V. Exas. fizeram essa pergunta a outros. O boletim de farmacologia é objetivo. Já a ela se referia. Quanto ao prazo de doença fatal somente depois de cinco anos somos capacitados a dizer alguma coisa.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Enquanto não alcançamos essa conclusão, não seria prudente que a utilização desses dietéticos só fosse permitido às farmácias?

O SR. LAURO SOLLERO — Com a devida vênia, se isso fosse aplicado aos dietéticos, deveria ser introduzido em toda a medicina, em todos os outros medicamentos.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — De modo geral, eu acho que não há possibilidade de nós fazermos uma coisa destas já que é, o ciclamato, em todo o mundo, um agente dietético e não um medicamento. Daí eu ter insistido, no meu parecer, que não há indicação, que havendo indicação não é medicamento.

Eu acho, data vênia, que não há nenhuma base científica para que possamos discutir sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO MAURICIO GOULART — Na França, me parece que há uma legislação exclusivamente para farmacologia.

O SR. LAURO SOLLERO — Esteve na Inglaterra e nos Estados Unidos. Os ingleses são muito seguros, eles nomearam um comitê de farmacologia para estudar o assunto.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, V. Sa. já deve ter verificado que estes edulcorantes são vendidos em supermercados, em farmácias e até em armazéns O Senhor, naturalmente, conhece o Decreto nº 61.149, de 9 de agosto de 1967, que baixa normas técnicas especiais para a fabricação e venda de produtos dietéticos. Este decreto prescreve que os produtos dietéticos tragam, obrigatoriamente, nos rótulos, nome e título do produto, nome e indicação da fábrica, composição indicando o nome específico dos componentes básicos, análise aproximada percentual especificando obrigatoriamente os teores dos componentes, finalidade dos produtos. Os dizeres dos produtos dietéticos devem vir em destaque, impresso em área equivalente à da impressão do nome do produto.

O senhor tem notado observância total de todas essas normas?

O SR. LAURO SOLLERO — Alias, disse há pouco ao Sr. Deputado Brito Velho que um dos fatos que me surpreendem é que, às vezes, nem sei de que tipo é, não sei se o ciclamato é de sódio ou de cálcio.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Há explicação para esse estranho fenômeno?

O SR. LAURO SOLLERO — Essa pergunta deveria ser feita ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Não me consta qual a razão dessa desobediência frontal e total.

O SR. LAURO SOLLERO — E' lamentável porque eu já tinha até conversado com o Professor Lúcio Costa: nunca vi isto, não sei o que é — eu disse a ele.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — «Adoça melhor».

O SR. LAURO SOLLERO — Não adoça nada, deveria ser apreendido.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Estou inteiramente de acordo.

O SR. LAURO SOLLERO — Respondendo apenas às questões de ordem farmacológica, mas o decreto é claro. Não sei o que tem no vidro. O nome é DIETIL, mas é um nome de fantasia. Na embalagem diz que é «tamanho restaurante», mas não sei dizer o que é, pode ser até água com açúcar. Eu disse e repito, há um certo condicionamento que a propaganda criou. Longe de mim fazer qualquer insinuação. E' um problema que foge à minha alçada, é de ordem legal.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — E' quase de polícia.

O SR. LAURO SOLLERO — Eu sabia que V. Exas. iam me perguntar isso e sabia o que responder.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Nós perguntamos e esperávamos que V. Sa. nos desse exatamente essa resposta que nos deu.

O SR. LAURO SOLLERO — Se amanhã houver uma representação contra isso, só há uma medida compatível.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Polícia sanitária. Professor, agradecemos muito as suas informações.

O SR. LAURO SOLLERO — Embora não como técnico, mas como membro da Associação de Farmácia, poderei na próxima quarta-feira, na reunião, levar ao Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia que V. Exa. levantou uma questão da mais alta importância e eu fiquei sem poder responder, porque quase que me considero co-responsável dessa irregularidade.

Se esta Comissão, amanhã, por telegrama, perguntar isto, ele terá de responder, mas fiz questão de não trazer nada aqui, porque quis ficar exatamente dentro daquilo a que me propus.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, peço licença a V. Exa para me retirar, e desculpas ao Professor Lauro Soller, porque tenho de terminar minha tarefa na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Tem a palavra o nobre Deputado Mauricio Goulart.

O SR. DEPUTADO MAURICIO GOULART — Professor Lauro Soller, apenas para esclarecer uma dúvida que me ficou.

Vossa Senhoria comenos seus colegas cientistas, que depuseram nesta Comissão, teve, como todo cientista, um grande cuidado em não afirmar, declarando, apenas, que a inocuidade é, até este momento, absoluta, mas até este momento é, que será um problema de experiências que levarão dois, cinco ou dez anos para se positivarem.

Ainda há pouco, citou-se o caso da «Dulcina», que só no Japão foi conhecido, mas tivemos a afirmação de que também em outros lugares. Não posso, porém, afirmar.

De qualquer maneira, ele começou a ser comercializado em 1912, e, só agora, em 1964 ou 1965 é que foi proscrito como altamente tóxico.

Então, evidentemente, durante esse período, toda pessoa que tomava Dulcina, não só no Japão como em outros países do mundo, foram prejudicadas. E' de se perguntar aos cientistas do Japão, e há vários naquele país, ou ao Serviço de Fiscalização do Japão, que imagino que haja, se estavam esses produtos à venda livremente, com grande prejuízo para o consumidor que o usava desde 1912 até 1964.

V. Sa. disse que precisa realmente que se comprove com o tempo esta inocuidade. Pode haver reflexos, inclusive nos dois primeiros meses da gravidez. Parece-me que V. Sa. afirmou isto e V. Sa. disse mais, que era preciso policiar, como é o caso concreto, de nenhuma indicação.

Então, aí é que eu gostaria de indagar, pela terceira vez, porque o Deputado Brito Velho já perguntou, assim como o Deputado Pedroso Horta. Não seria uma maneira de ajudar o policiamento, de minorar os efeitos desses reflexos condicionados pavlovianos e, quanto não se comprove em definitivo, porque a única afirmação de V. Sa. é que não se pode afirmar a inocuidade, enquanto não se pode afirmar essa inocuidade, não seria uma maneira de se restringir, de defender um pouco o público, principalmente os moços e os jovens, pondo à venda esses medicamentos apenas nas farmácias? V. Sa. diz que então seria necessário que se fizesse isso com todos os medicamentos.

A não ser a cafiaspirina, que tenho comprado em botecos, todos os outros medicamentos, embora sem receita médica, eu os compro na farmácia. E, V. Sa. dirá, não é medicamento. Perfeito, mas a inocuidade dele ainda não está comprovada e V. Sa. não aborda possíveis provas a que as experiências chegarão. Daí eu não entender, dentro da lucidez do seu raciocínio, da firmeza de suas afirmações, a conclusão a que V. Exa. chega.

O SR. LAURO SOLLERO — Mas, Deputado, tenho que me ater ao questionário que me foi enviado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Mas há uma pergunta final, em que V. Exa. assim afirma.

O SR. LAURO SOLLERO — Apenas em situações especiais, aí é que vem o problema. Não há nenhuma prova de que não possa ser usado, a não ser em situações especiais. Dentro da pergunta.

Não há nenhuma restrição. Estou dizendo a V. Exa. o seguinte: quando eu disse da transitoriedade; exatamente. Não posso afirmar que é cancerígeno.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Mas não pode afirmar que não é.

O SR. LAURO SOLLERO — Não posso negar. Então, se não posso afirmar, eu me baseei no documento. V. Exa. vai dizer: «V. Sa. não estou o assunto.» Mas mesmo sendo do exterior, é um documento que merece o maior acatamento. Não se trata de opinião isolada. Nesse número do *British Medical Journal*, diz-se o seguinte:

«Não existe qualquer restrição ao ciclamato, porém se há eliminação de ciclo-examila tem mostrado causar perturbação no fígado e nos rins de ratos, em doses de 60 mg por quilo de peso. Admitindo-se, porém, que estudos posteriores venham a ser requestados para demonstrar que a cicloexamila não apresenta qualquer inconveniente para o homem, mesmo nas doses normais; etc., etc.

De maneira que eu digo — e é até um pouco paradoxal assim dizer — que não tenho nenhuma restrição. E' da lei brasileira e esses produtos foram licenciados.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — V. Sa. está dizendo, exatamente, ou está respondendo à primeira fase da pergunta que iria formular a V. Sa., como membro da Comissão de Bio-Farmácia, sujeito ao Serviço de Fiscalização da Medicina, pergunto: qual a sua opinião a respeito do total descumprimento da lei? V. Sa. já respondeu com hábil eloquência, mas diante dos dados, não parece a V. Sa., não mais como farmacologista, mas até como brasileiro, com o «common sense», que o critério adotado pela França, pela Bélgica, pelo México e por tantos outros países — e posso dar a V. Sa.

uma série de mais de 15 países, pelo menos — permitindo que os produtos sejam vendidos sem receita médica, mas em lugares limitados, sem livre acesso às crianças, pelo menos?

O SR. LAURO SOLLERO — Aí é que considero uma grande vantagem da Comissão Parlamentar de Inquérito, é poder provocar a discussão.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Então, depois de todos esses depoimentos é que esta Comissão poderá formular suas conclusões e tomar decisões.

O SR. LAURO SOLLERO — Mas, para cumpri-las. Já está implícito nas declarações que fiz que, diante dos depoimentos, surgirão dúvidas. Quanto a mim, eu as esclareci. Agora, uma coisa é responder a um questionário e outra coisa é responder a perguntas que a própria resposta determina. E' o diálogo, isto é, depois das perguntas é que se pode, amanhã, diante de tudo o que foi feito, chegar a conclusões. Deixa, então, a V. Exas. esses comentários para que V. Exas. possam despertar, amanhã, isto é, só.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Perfeito.

O SR. LAURO SOLLERO — Porque o técnico tem que chegar aqui e dizer: o dado que possuo é este. Porém, muitas vezes, o técnico, ao tocar num assunto, este assunto oferece dois aspectos. E eu sou extremamente cauteloso.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — E, ao mesmo tempo, muito peremptório.

O SR. LAURO SOLLERO — Perfeitamente. Sob o ponto de vista farmacológico os ciclamatos não têm qualquer ação. E são as experiências registradas aqui, neste documento, que deixo com V. Exas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Poderia V. Sa. dizer alguma coisa daqui a três, quatro ou cinco anos, se ouvisse uma pergunta como esta?

O SR. LAURO SOLLERO — Poderia V. Exa. dizer que a minha resposta seria extremamente cautelosa. De tudo isso, permitam-me V. Exas.: um problema já levo quarta-feira, como uma interrogação.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Sr. Diretor, comparecerá V. Sa. à Comissão?

O SR. LAURO SOLLERO — Terá de haver uma conclusão o mais rápido possível em resposta à pergunta de V. Exa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Muito grato a V. Sa.

O SR. LAURO SOLLERO — Senhor Deputado, permita-me V. Exa. em conclusão: não existe trabalho algum pelo qual se possam admitir efeitos nocivos e consequentes ao uso de

ciclamatos. Sou de opinião que não pode o ciclamato, no momento, (entre virgulas), sofrer qualquer restrição, e muito menos ser regulado por medicamentos. Pois, se a isso chegássemos, haveria necessidade de modificar completamente a versão dos outros. No momento! Mas V. Exa. disse bem. Eu sugiro o seguinte: mudando tudo — eu não diria nada.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Inclusive, V. Sa. está quase sugerindo a maneira da legislação.

O SR. LAURO SOLLERO — No momento, não nego. Mas dentro do que for possível lançar, dentro de todas as medidas que puder.

Mas se os ciclamatos não tiveram outra vantagem, pelo menos a vantagem da crítica. Há necessidade de que essas instituições não fiquem caudatárias e possam, como frisou o Deputado Brito Velho, possam prestar grande serviço ao desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil. Se essas instituições ajudassem as pesquisas científicas brasileiras, tenho a impressão de que muito melhor seria a ajuda substancial dos laboratórios universitários, porque então poderíamos chegar a essa conclusão com uma opinião nossa, não com opiniões alheias, mas com aquilo que nos fosse possível realizar.

Era o que desejávamos num futuro não muito longe: voltar a esta Comissão e dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que cumpri meu dever.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Senna.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — Queria fazer uma pergunta que tem sido constantemente arguida pelo nobre Relator, Deputado Pedroso Horta, mas, parece-me, salvo cochilo de minha parte, nesta reunião não foi feita por S. Exa.

Creio que o ilustre depoente talvez em melhores condições de responder do que outros que aqui estiveram.

Esta a pergunta: quimicamente, falando, qual a origem dos ciclamatos? De onde vêm? Qual a sua proveniência? Sob o ponto de vista químico?

O SR. LAURO SOLLERO — E' um ácido ciclamático, cuja forma aí está. Entendo que é matéria de sais, cloro.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — E' originária, vem da hulha, por exemplo, do petróleo? Quer dizer a matéria-prima inicial? Ela é um subproduto de que? Não sei se cabe esta pergunta.

O SR. LAURO SOLLERO — Acho que temos que apelar é para os fabricantes.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — V. Sa. tem meios de apurar isto para nós?

O SR. LAURO SOLLERO — Perfeitamente. Na próxima reunião poderé complementar, em adendo ao meu depoimento, posso apresentar exatamente, Senador, o poder, o conceito e a origem dele. Há outras perguntas ligadas ao aspecto econômico da nossa missão: A indústria nacional, Senador, sob o ponto de vista químico; a origem dos ciclamáticos — que vemos aqui — os meios de obtenção. Há mais alguma coisa?

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — Não. Quero saber a procedência.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Qual é a matéria-prima? Primitivamente, originária...

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — Isso passa por uma série de transformações; só quero saber a inicial. Há muitos produtos derivados do petróleo.

O SR. LAURO SOLLERO — Na próxima semana em adendo ao meu depoimento...

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — V. Exa. poderá redigir a pergunta como melhor entender do ponto de vista farmacológico. Eu quero apenas deixar expresso o meu pensamento, o que eu quero saber.

O SR. LAURO SOLLERO — Desculpe, Senador, mas aproveito para mandar uma separata sobre a sensibilização da pele. Já essa documentação consegui obter agora, e uma fotocópia dessa pergunta, para mostrar que o problema está despertando o interesse de todos.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — Estou satisfeito.

O SR. SENADOR RAUL GIUBERTI — Sr. Presidente, em poucas palavras queria congratular-me com a tese do Deputado Maurício Goulart pela iniciativa desta Comissão, que tem permitido a passagem pelo Congresso Nacional, de figuras as mais expressivas. Hoje, temos a honra de ouvir o eminente Professor Lauro Solero, homem que, desde seus primeiros passos na Faculdade de Medicina, convive com a farmacologia, sendo hoje professor de farmacologia da Faculdade acima citada, homem que através de seus trabalhos, publicações, conferências, tem se destacado, não só no Brasil, como no mundo inteiro, sendo por isso exemplo para a medicina brasileira e contemporâneos da faculdade. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Antes de encerrar os trabalhos, quero agradecer ao ilustre Professor Lauro Solero, a sua presença. Trata-se de uma autoridade das mais destacadas no assunto e que muito nos honrou com o seu comparecimento.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas).

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB),
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO),
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL),
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN),
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA),
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ),
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA),
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS),
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ),
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP),
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES).

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE),

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Senna (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite

José Guimard

Adolpho Franco

Leandro Maciel

Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermírio

Mário Martins

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna

Mário Martins

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Filinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Vilaga
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Meio Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

José Guimaraes
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermirio

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

Lobão da Silveira
José Guimaraes
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermirio

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Atilio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Villela

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Petrônio Portela
Domício Gondim
Atilio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Benedicto Valladares
Teotônio Villela

MDB

Sebastião Archer
Oscar Passos

Josaphat Marinho
José Ermirio

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Teotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

José Ermirio
Aurélio Vianna
Alar. Martins

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Edmundo Levy

Nogueira da Gama

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

PREÇO DESTA EXEMPLAR — NCr\$ 0,10